

COEDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR:

Reflexões introdutórias e sistematização de atividades

Fabiano Pries Devide



COEDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR:

**reflexões introdutórias e
sistematização de atividades**



Pedro & João
editores



Projeto desenvolvido no âmbito do Grupo de Pesquisa em Relações de Gênero na Educação Física (GREGEF-CNPq), a partir da linha de pesquisa “Coeducação e Educação Física escolar”, em interlocução com a disciplina “Estudos de Gênero na Educação Física Brasileira”, do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal Fluminense.

Fabiano Pries Devide

**COEDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO
FÍSICA ESCOLAR:**

**reflexões introdutórias e
sistematização de atividades**



Pedro & João
editores

Copyright © Fabiano Pries Devide

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos do autor.

Fabiano Pries Devide

Coeducação e Educação Física Escolar: reflexões introdutórias e sistematização de atividades. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. 109p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-1161-9 [Impresso]
978-65-265-1162-6 [Digital]

DOI: 10.51795/9786526511626

1. Coeducação. 2. Gênero. 3. Educação Física escolar. 4. Práticas Corporais. I. Título.

CDD – 370

Imagem da capa: Fabiano Devide (fotografia com intervenção digital de roda de conversa do curso de extensão “Coeducação e Educação Física escolar: quando o gênero importa”, ministrado pelo GREGEF-CNPq)

Capa: Luidi Belga Ignacio

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Copidesque: autor

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2024

Sumário

Agradecimentos	7
Apresentação	9
Prefácio	13
Seção I	19
Relações de Gênero na escola e a Coeducação	
Relações de gênero na Educação Física escolar	21
Coeducação: reflexões introdutórias	25
Princípios didáticos para Educação Física escolar coeducativa	35
Por que um livro sobre Coeducação, com proposição de atividades?	42
Quais os objetivos desta obra?	47
A quem se destina este livro?	48
Como se estruturam as atividades?	49
Seção II	53
Sugestões de atividades coeducativas para a Educação Física escolar	
Educação Infantil	55
Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	64
Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	73
Ensino Médio	83
Considerações Finais	95
Referências	99
Índice remissivo	107

Agradecimentos

Esta obra não seria possível sem a participação ativa das/os monitoras/es Juliana Pelluso, Mauricio Van Der Linden e Paula Freitas, assim como o empenho e a criatividade de alunas/os do curso de Licenciatura em Educação Física (EF) da Universidade Federal Fluminense (UFF), que cursaram a disciplina – ainda optativa - “Introdução aos Estudos de Gênero na Educação Física Brasileira”, entre 2013 e 2017.

Estas/es estudantes colaboraram com a construção inicial de mais de sessenta atividades coeducativas para a Educação Básica, dentre as quais vinte são apresentadas nesta obra, após serem vivenciadas em cursos de extensão do Grupo de Pesquisa em Relações de Gênero na Educação Física (GREGEF-CNPq) ou em aulas com microensino na respectiva disciplina, ocasiões nas quais sofreram ajustes, seleção, edição, para serem apresentadas na segunda seção desse livro, noutra formato, no que se refere à lógica interna.

Pensamos estas atividades enquanto um recurso didático que se configure em ferramenta para a aplicação da Coeducação na Educação Física escolar (EFe), abordando as relações de gênero e sexualidade através da problematização dos seus conteúdos de ensino.

Apresentação

Esta obra emerge no âmbito do GREGEF-CNPq, na linha de pesquisa “Coeducação e Educação Física escolar” e no projeto “Coeducação e Educação Física Escolar: a construção de um inventário de atividades”, vinculado à disciplina “Introdução aos Estudos de Gênero na Educação Física brasileira”, do curso de Licenciatura em EF da UFF. A partir de reflexões introdutórias sobre Coeducação, incluindo conceitos chave dos Estudos de Gênero na Educação e na EF, apresentados e discutidos na disciplina, o projeto buscou superar a oferta de um aparato conceitual, tendo como um de seus objetivos, abordar a problemática de gênero com foco no que acontece no chão da escola, sistematizando e vivenciando atividades coeducativas, planejadas para as aulas de EFe.

Entre 2013 e 2017, quando a referida disciplina ainda era ofertada como optativa no último ano do curso de licenciatura, estimulamos que licenciandas/os construíssem atividades que apresentassem um perfil coeducativo, de forma sistemática, no intuito de serem vivenciadas em oficinas práticas, na própria disciplina. O projeto envolveu quase oitenta alunas/os que cursaram neste recorte temporal, além de três monitoras/es, que auxiliaram na seleção e organização das atividades produzidas por cada turma. As vivências destas atividades foram seguidas de rodas de conversa, nas quais emergiram novas ideias e sugestões que, incorporadas, criaram variações no formato inicial das atividades, com vistas à problematização das relações de gênero de forma mais efetiva, aproximando-se de uma proposta coeducativa. O processo do inventário de atividades gerou um caderno, apresentado no Grupo de Trabalho Temático Gênero do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, em duas etapas: “Coeducação e Educação Física Escolar: a construção de um caderno pedagógico de atividades” e “Coeducação e Educação

Física escolar: produção de material didático”, respectivamente, no XIX e XX Congressos Brasileiros de Ciências do Esporte, em 2015 e 2017.

Desde 2020, quando a referida disciplina passou a ser obrigatória, agora sob o nome “Estudos de Gênero na Educação Física brasileira”, sendo ofertada para alunas/os do quinto período do curso de licenciatura, reservamos uma unidade didática - “Oficina de atividades coeducativas”, na qual vivenciamos algumas das atividades aqui apresentadas, no intuito de questioná-las, recriá-las e aprimorá-las. Esta dinâmica reforça a noção de que as atividades propostas na segunda parte deste livro possuem caráter provisório e transitório, pois se modificam a partir das reflexões permanentes decorrentes da experimentação e dos debates sobre as mesmas, tanto entre licenciandas/os, como entre docentes de redes públicas de ensino, como por exemplo, aquelas/es que participaram das edições do curso de extensão “Coeducação e Educação Física escolar: quando o gênero importa”, ministrado por integrantes do GREGEF-CNPq, em 2019 e 2023.

Esta obra surge, então, como uma proposta que promova a reflexão sobre as relações de gênero na EFe. Para tal se organiza em duas seções: a primeira, teórica, traz ideias introdutórias sobre as relações de gênero na EFe, sobre a Coeducação e alguns de seus princípios didáticos para EFe, questiona o porquê de um livro com atividades coeducativas, apresenta os objetivos da obra, a quem se destina e como se estrutura; enquanto a segunda parte apresenta a seleção e sistematização de atividades direcionadas à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio.

Este livro se traduz numa proposição – e não um modelo - que ofereça ferramentas para que estagiárias/os e docentes possam atuar de forma coeducativa, tornando suas aulas comprometidas com as questões de gênero e sexualidade, a partir de uma intervenção pedagógica afirmativa, provocadora e questionadora, que gere críticas a respeito das desigualdades ancoradas neste marcador social.

Acreditamos que esse texto possa ajudar a repensar a prática docente da EFe, de maneira a proporcionar ao docente a instigante tarefa que é a investigação e a reflexão acerca das relações de gênero e sexualidade na sociedade, na escola e na EFe. Além do incentivo à pesquisa e à produção de materiais como este, é necessário expor que a busca por oportunidades iguais para todos é possível e deve ocorrer dentro dos muros da escola, tendo a figura docente como elemento central para que esta conquista se efetive.

Rio de Janeiro, 09 de Janeiro de 2024.

Fabiano Pries Deivid

Prof. Associado do Instituto de Educação Física da UFF.
Mestre e Doutor em Educação Física e Cultura (PPGEF/UGF) e Pós-Doutor em História Comparada (PPGHC/UFRJ).
Coordenador do GREGEF-CNPq.
Ex-Coordenador do Grupo de Trabalho Temático Gênero do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE).

Prefácio

Quando em 1986, Joan Scott publicou o celebrado artigo *“‘Gender’ A Useful Category of Historical Analysis”*, na *American Historical Review*, ela não apenas forneceu bases empíricas e conceituais para um terreno teórico que se ampliava velozmente nas últimas décadas no século XX. Ao entender e explicar ‘gênero’ como categoria de análise histórica, Scott mostrou como essa categoria esteve embrenhada, seja de forma implícita ou explícita, nas grandes lutas sociais da humanidade ao longo da história. Trazer ‘gênero’ como categoria para nossa análise histórica, de fato, significava perceber o poder transformativo desta categoria na luta pela ampliação de direitos humanos, não apenas os direitos de primeira dimensão (políticos e civis), mas, sobretudo, aqueles vinculados à segunda dimensão de direitos – econômicos, sociais e culturais, em particular o direito à Educação.

Desde a promulgação da Constituição de 1988, com seus avanços para a efetivação da Educação de qualidade e universal, a disputa pelo espaço escolar recrudescceu. Grupos com objetivos distintos e muitas vezes opostos, travam batalhas políticas pelos conteúdos curriculares e pedagogias pertinentes ao desenvolvimento desses temas. Genericamente, pode-se dizer que, enquanto alguns grupos batalham pela democratização da escola para que essa compreenda e respeite as necessidades diferenciadas de cada contexto social nos quais estão inseridas; outros vão na direção contrária, e propugnam uma escola tradicional, na qual a/o professor/a seja um/a mera/o reprodutor/a de conteúdos previamente elaborados, e as/os alunas/os meras/os espectadoras/es e consumidoras/es desses conteúdos. Nesses anos todos, a categoria ‘gênero’ esteve no centro dessa disputa ao redor do globo, e no Brasil.

Essa centralidade de ‘gênero’ no interior da Educação se deve ao fato que essa categoria tem sido instrumentalizada por

diversos grupos sociais, sejam eles religiosos ou não, com o intuito de preservar a estrutura social vigente, opressora e antidemocrática, que se reflete na escola. Esta estrutura se baseia em valores morais e políticos rígidos, sustentados por crenças dogmáticas, e defende a importância central da família como o núcleo social, onde os papéis de homens e mulheres são definidos e baseados na heterossexualidade. Essa visão de mundo criou um inimigo a ser combatido – uma suposta ‘ideologia de gênero’, que estaria usurpando de famílias e das/os estudantes o direito de serem definidas/os binariamente, enquanto meninas ou meninos, a partir de suas anatomias.

Na vanguarda dessas vozes antidemocráticas, esteve o movimento Escola sem Partido (ESP), fundado em 2004. Seu idealizador centrava a ideologia do ESP na crença de que professoras/es de esquerda, partidárias/os, doutrinavam alunas/os. Sua missão era deter estas/es docentes, criando uma escola neutra e apartidária, bloqueando qualquer vestígio de ativismo político que existisse nas escolas brasileiras. De acordo com o movimento, em vez de educadoras/es, professoras/es deveriam ser instrutoras/es, que respeitassem a perspectiva de que a ‘verdadeira educação’ - que discute valores morais, incluindo o ‘gênero’ - deveria ser realizada pelas famílias. Na visão desta coligação, professoras/es não teriam o direito de ensinar às ‘crianças dos outros’ o certo e o errado. Em discurso de 2017, na Câmara dos Deputados do Parlamento Nacional, o fundador do ESP proclamou que professoras/es ‘são burocratas, [...] entregam o conteúdo do currículo, o que está escrito e foi aprovado pelas autoridades’.

Em postagem de 2017, o ESP listou o que as/os professoras/es *deveriam* ensinar na escola. A lista resume os conteúdos dos componentes curriculares que professoras/es deveriam abordar nas aulas. Alguns pontos resumiam o que um/a aluna/o *não deveria* aprender ou ouvir na escola: sexo, ideologia de gênero, ativismo LGBTQ, comunismo, ideologias de esquerda e religião. À postagem seguiram-se comentários como: ‘os professores estão

lá para ensinar o conteúdo', assim como 'a verdadeira educação deve ser aprendida em casa'. *Hashtags* também foram adicionadas: #escolasempartidopolitico; #ideologiadegenerofora; #meusfilhosminhasregras. Esta mensagem traz dois princípios-chave do movimento: professoras/es são agentes transmissoras/es de conteúdo, previamente elaborado por outra/o; e o conteúdo dos 'assuntos aprovados' deveria ser 'transmitido' sem considerar o contexto social das escolas e das/os alunas/os. Ao declarar o que não deve ser ensinado nas escolas, enfatiza-se a tendência dos documentos e ações do ESP: pânico moral contra a propagação da 'ideologia de gênero' e a educação sexual nas escolas. De acordo com esta comunidade, esses são assuntos reservados à esfera privada da família, não à comunidade escolar. Embora seu idealizador tenha saído do movimento, o seu 'legado' permanece. Porém, ao propor uma escola 'apartidária', o movimento mostrou como a Educação tanto pode ser uma arena que oprime docentes, retirando-lhes possibilidades de práticas emancipatórias com as/os alunas/os; como pode ser um palco de disputas políticas, que propõem democratizar a escola e a sociedade.

Pensar 'gênero', portanto, é pensar nas lutas pelo aumento dos direitos educacionais, sociais e culturais previstos tanto na Constituição brasileira, quanto em tratados internacionais ratificados pela nação brasileira. É nesse contexto de luta política democrática, pela ampliação de direitos, que o livro *Coeducação e Educação Física Escolar*, de Fabiano Devede, se insere. Mas por que a Educação Física? Por que não se pensar 'gênero' a partir de outros componentes curriculares que poderiam redimensionar essa categoria, como Língua Portuguesa ou História, por exemplo? De fato, essas – e outras disciplinas – podem contribuir com o debate sobre 'gênero'. No entanto, a Educação Física possui conteúdos específicos que a tornam um locus escolar privilegiado para se enfrentar o debate de gênero e a sexualidade, promovendo a ampliação de direitos que tanto buscamos em uma escolarização democrática para a plena cidadania no século XXI.

Inicialmente, é importante lembrar que a Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW), promulgada pela ONU em 1979 e ratificada pelo Brasil em 1984, nos seus capítulos sobre 'Educação', guarda lugar especial à Educação Física. Em seu artigo 10, alínea 'g', afirma que os Estados-partes devem assegurar a igualdade de direitos de homens e mulheres na Educação e destaca que devem garantir 'as mesmas oportunidades para participar ativamente nos esportes e na Educação Física'. A menção especial à Educação Física na CEDAW demonstra que esse componente curricular possui uma dimensão única e exclusiva: sua atuação sobre a corporeidade. É no corpo em que as performances de gênero se configuram e estabelecem; é a partir do corpo que essas manifestações transformam as pessoas em parte daquilo que é socialmente aceito em termos corporais para cada 'gênero', ou, ao contrário, as qualificam como, nos dizeres de Judith Butler, corpos abjetos e, portanto, merecedores de opróbrio e exclusão.

Com este pano de fundo de luta por um mundo melhor, com uma democracia ampliada e inclusiva, que Devede nos apresenta sua obra. Calcada em uma base teórica sólida, com uma escrita que propicia diálogo e aprofundamento conceitual, o autor foge dos dogmas para propor princípios didático-pedagógicos que favorecem a construção de atividades escolares, a partir dos grandes eixos da Educação Física escolar, que proporcionem a participação efetiva de meninas e meninos com igualdade e equidade. Melhor ainda, o texto fornece a possibilidade para que a/o leitor/a reflexiva/o amplie o seu cabedal didático-pedagógico e, por meio das atividades ali propostas possa efetivamente 'fazer e desfazer gênero' nas suas aulas, nos diferentes níveis de ensino.

Seguindo uma tradição que passa pelo Mestre Alfredo Faria Júnior (*in memoriam*), mas que possui raízes em Paulo Freire, as propostas pedagógicas desse livro apontam para uma pedagogia contextualizada e embebida na teoria. Uma pedagogia emancipadora e transformadora. Um ponto central da obra é que ela não se curva ao identitarismo. Com anos de estudo e

experiência docente, Fabiano sabe, e deixa claro em seu livro, que as lutas pela igualdade e equidade de gênero são coletivas, e que gênero é uma prática social a qual, quando libertadora, foca nos direitos não de indivíduos, mas de comunidades e minorias excluídas. No quadro da ampliação de direitos humanos educativos, sociais e culturais, gênero ganha destaque enquanto categoria de compreensão histórica e luta social para o fortalecimento de lutas sociais que beneficiem os diversos grupos marginalizados.

Fabiano Devede é um pioneiro nos estudos de gênero na área de Educação Física no Brasil. Com estudos iniciais sobre história, natação, feminismo, gênero, sexualidade e resistências sociais, nas últimas décadas Devede foi consolidando a sua liderança nacional e internacional nesse campo de estudo, liderando grupos de estudo em sociedades científicas e, sobretudo, formando dezenas de jovens pesquisadoras/es e professoras/es que certamente irão aprofundar o seu legado na construção de um país mais democrático na área da Educação Física.

Tenho certeza de que alunas/os de graduação e professoras/es não apenas de Educação Física terão neste livro um companheiro de reflexão e de atuação na luta pela Educação democrática que nossas/os jovens merecem. Obrigado, Fabiano, pela sua trajetória e por mais essa obra pedagógica imprescindível.

Abril/2024.

Dr. Jorge Knijnik,

Professor Associado da *School of Education da
Western Sydney University (Austria).*

Seção I

Relações de Gênero na escola e a Coeducação

Relações de gênero na Educação Física escolar

Os Estudos de Gênero no âmbito da EF emergem no fim da década de 1980, consolidando-se ao longo da década seguinte, com publicações, dissertações e teses provenientes de linhas de pesquisa em Programas de Pós-Graduação, eventos científicos nacionais e internacionais, emergência de grupos de pesquisa e grupos de trabalho (DEVIDE et al, 2011; DEVIDE, 2020).

Nascidos das preocupações feministas da década de 1970, o conceito de gênero surge como distinto do termo sexo, rejeitando o binarismo masculino-feminino e o determinismo biológico, onde desigualdades sociais entre homens e mulheres eram compreendidas como algo *a priori*, justificadas pela Biologia. O conceito de gênero passa a ser compreendido inicialmente como ferramenta de análise na construção social e histórica, produzida sobre as características biológicas, evidenciando as desigualdades que afetavam a vida das mulheres (SCOTT, 1995; LOURO, 2003) ou, de forma introdutória, enquanto a construção social do sexo, sendo constituinte da identidade dos sujeitos, ancorado na realidade histórica e sociocultural (GOELLNER, 2005).

Na lógica de uma matriz heteronormativa e binária, então, ser homem requer a adoção de uma identidade de gênero masculina, e ser mulher uma identidade feminina. Esta assertiva, contudo, reproduz uma linearidade entre o sexo, o gênero e o desejo, contestada por Butler (2003), no sentido de que algumas pessoas estão no espaço de fronteira (LOURO, 2004), ou seja, não atendem à relação causal entre o sexo, a identidade de gênero e a identidade sexual. O avanço nos debates acerca dos Estudos de Gênero também tem questionado que o sujeito do feminismo é heterogêneo, plural, contingente, no que tange aos diversos marcadores, como sexo, raça, etnia, classe, idade, sexualidade, passando a ser compreendido como algo construído em contextos políticos e históricos específicos, através de articulações e alianças (MARIANO, 2005).

Neste contexto, na escola e nas aulas de EF, espera-se de meninos e meninas comportamentos diferenciados e, conseqüentemente, opostos: meninos devem gostar e saber jogar esportes coletivos, especialmente o futebol, além de esportes de contato e ocupação dos espaços; enquanto meninas devem gostar de atividades rítmicas e expressivas, sobretudo a dança, além de se envolverem com atividades mais passivas (KULGELMANN, 2010; ALTMANN, 2015). Estas expectativas se baseiam na relação causal entre sexo e identidade de gênero, à qual nem todas/os se adequam, gerando práticas discriminatórias, baseadas em estereótipos e preconceitos. Neste cenário, meninas/os que rompem fronteiras de gênero nas aulas de EF, envolvendo-se com práticas corporais associadas, respectivamente como masculinas ou femininas, são consideradas/os “desviantes” ou diferentes, tendendo a serem mal vistas/os e discriminadas/os pela comunidade escolar e sociedade como um todo (PASCOE, 2018; PELLUSO, DEVIDE, 2021). Sobre estas expectativas corporais e cruzamento de fronteiras, Kulgelmann (2010, p. 82) afirma que na puberdade, meninos/as tendem a reproduzir os papéis sexuais impostos, que oprimem a construção de suas identidades:

Meninos começam a preferir o futebol ou o basquete e procuram por lugares e grupos apropriados para essa prática, enquanto as meninas, muito mais presas à casa (...) procuram se dedicar menos às atividades de movimento de maior intensidade (...). Uma menina que quiser trilhar uma outra trajetória para sua identidade feminina – por exemplo, preferir praticar futebol ou o ciclismo – precisa (...) lutar contra inúmeros obstáculos e resistências. (...) Aos rapazes, (...) não é nada agradável o fato de necessitarem experimentar espaços sociais para comprovar sua identidade sexual. São múltiplas as formas que os meninos encontram, especialmente no esporte, para realizar experiências que levam à formação ideal da almejada masculinidade.

Em um cenário de aula, o panorama descrito acima gera exclusões de alunas/os devido à internalização dos estereótipos

hegemônicos de feminilidade e masculinidade, às práticas de preconceito via linguagem ou até mesmo agressões físicas, que culminam em exclusões das atividades propostas (CONNELL, 1995, 2000, 2003; SILVA, DEVIDE, 2009; DEVIDE et al, 2010; DEVIDE, 2021). Como consequência, a EFe passa a ser um espaço prototípico de reforço de alguns estereótipos, como um espaço de construção de uma dada masculinidade pelos meninos (BRITO, SANTOS, 2013; FERNANDES et al, 2021; PELLUSO, DEVIDE, 2021), simultaneamente à construção de uma timidez corporal por parte das meninas (LOURO, 2003). Como exemplo, temos meninas/os que sofrem discriminações por demonstrarem interesse pela prática de atividades estereotipadas para o sexo oposto; e discentes que deixam de participar de atividades porque internalizaram que determinada prática corporal não é coerente com o seu sexo, como as representações sociais de que o futebol não é uma modalidade adequada às meninas ou de que todo menino sadio deve gostar e saber jogar futebol (LOURO, 2003; ALTMANN, 2015).

Neste livro, partimos da noção de que a EFe, em todos os segmentos de ensino da Educação Básica, deve assumir como princípio norteador a integração de todas/os ao universo da Cultura Corporal (SOARES et al, 1992), respeitando suas diferenças. Especificamente, nesta obra, nos preocupamos com a garantia de igualdade e equidade no oferecimento dos conteúdos e suas respectivas atividades a todas/os, independentemente de sexo, identidade sexual, identidade de gênero, habilidade motora, raça, classe ou demais marcadores sociais que diferenciam, estratificam e hierarquizam os corpos e grupos; pois historicamente, a escola e a EFe já cumpriram esta função, separando os corpos de meninos e meninas, por exemplo, (SARAIVA, 1992, 1999, 2002; SARAIVA-KUNZ, 1993; LOURO, 2003; CORSINO, AUAD, 2012; AUAD, 2018).

A EF deve promover situações didáticas que problematizem a necessidade do cuidado e do respeito consigo e com a/o outra/o, identificando, respeitando e valorizando as diferenças acima

listadas, a serem incorporadas como um valor e não um problema para a escola e a EFe, reconhecendo a diferença como uma característica a ser celebrada e não discriminada e excluída, conforme vislumbra uma perspectiva *queer* para a Educação e a EF (LOURO, 2004; DEVIDE, 2020).

No que tange ao gênero e à sexualidade, temáticas ainda escassas na formação inicial em EF (CORREIA, DEVIDE, MURAD, 2017; DEVIDE, SILVA, PEÇANHA, 2018; ARAÚJO, DEVIDE, 2019; RAMALHO et al, 2022), a/o docente necessita de ferramentas didáticas para despertar o respeito e a valorização das diferenças de gênero entre as/os discentes (RAMOS, DEVIDE, 2013). Tais diferenças são socialmente construídas em função de estereótipos que colaboram para que meninas/os, em geral, sejam socializadas/os de forma distinta com os elementos da Cultura Corporal, culminando com um quadro de desigualdade de habilidades motoras para a vivência das atividades nas aulas de EFe que, em sua maioria, geram exclusões ou auto exclusões de alunas/os que não atendem às expectativas sociais sobre sua *performance* naquela prática corporal (RAMOS et al, 2017). Ou seja: tanto meninos podem se auto excluir de jogos como o futebol por apresentarem pouca habilidade; quanto meninas podem se auto excluir de atividades que representem socialmente como masculinas, como algumas modalidades de lutas.

A EF necessita identificar, combater e superar o ambiente hostil, marcado pelas práticas de exclusão associadas às discriminações por marcadores sociais de diferença, como o gênero e a sexualidade, para tornar-se um local de acolhimento, reflexão, integração, respeito e valorização das diferenças (DEVIDE, 2020). Para promovermos esta mudança, avaliamos que, inicialmente, necessitamos superar o modelo organizacional das aulas mistas, predominante na EFe, no qual discentes de ambos os sexos convivem - na maioria das vezes, de forma não harmoniosa - e participam das atividades propostas no mesmo espaço; buscando a implementação do modelo das aulas coeducativas (SARAIVA, 1992, 1999, 2002; SARAIVA-KUNZ,

1993; COSTA; SILVA 2002; LOUZADA DE JESUS, DEVIDE, 2006; CORSINO, AUAD, 2012; AUAD, 2018; DEVIDE, ROCHA, MOREIRA, 2020).

Entretanto, é necessário abriremos um parêntese sobre a relevância da intervenção pedagógica da/o docente de EF. Com uma formação ainda enraizada numa perspectiva tecnicista e biologicista, a maioria dos cursos de graduação ainda não apresenta uma abordagem dos temas do “gênero” e da “sexualidade” (ARAÚJO, DEVIDE, 2019; RAMALHO et al, 2022; LEITE et al, 2022). Este quadro mantém este debate à sombra na formação inicial, tendo como consequência professoras/es que não apresentam o conhecimento e a intencionalidade pedagógica para tratar as relações de gênero nas aulas de EFe, apesar dos Estudos de Gênero nesta área terem se consolidado a partir da década de 1990 (GOELLNER, 2013; DEVIDE et al, 2011; DEVIDE, 2020). Portanto, a mudança deve iniciar nos cursos de formação inicial em Licenciatura, para colhermos os frutos desta transformação no chão das escolas.

Coeducação: reflexões introdutórias

No início do século XIX, em decorrência da Lei Imperial de 1827, houve a abertura de classes para meninas, propondo-se a fundação das escolas públicas de “primeiras letras”, femininas, cujo currículo trazia marcas alusivas às funções que estas deveriam desempenhar na sociedade, como tarefas domésticas, bordado, corte e costura, música e artes, reforçando a tríade mulher-mãe-professora; enquanto os meninos eram matriculados em liceus e ginásios (AUAD, 2018). O Colégio Caetano de Campos, na Praça da República, em São Paulo, foi fundado como uma Escola Normal, em 1846, sendo frequentado somente por homens. Fechado em 1867, reabriu em 1876, aceitando mulheres e adotando a Coeducação. Outras instituições que seguiram esta

direção foram a Escola Americana, em 1870; o Colégio Piracicabano, em 1881 - ambas no estado de São Paulo; além do Colégio Granbery, em Minas Gerais (AUAD, 2021).

Contudo, foi nas primeiras décadas do período republicano, que a escola mista recebeu um incentivo de intelectuais escolanovistas, em defesa de uma escola laica, voltada para uma educação com base científica, que pleiteava o ensino oficial, gratuito e misto. Buscava-se uma reforma da sociedade através de mudanças na Educação, com vistas à modernidade e à defesa dos direitos humanos, incluindo a inserção das mulheres em diferentes esferas sociais, como a Educação, o voto e o mundo do trabalho. Entretanto,

Ao mesmo tempo que incentivavam a 'coeducação' e propiciavam a ocupação de postos por mulheres, mantinham a percepção de 'proteção' das mulheres numa redoma de austeridade e bom comportamento, instigando-as a voltarem para o lar. Não havia, portanto, necessariamente uma preocupação em desobrigar meninas e mulheres de um currículo que as preparava para a vida no lar. (...) também não havia o objetivo de se emanciparem as mulheres dos domínios masculinos. (AUAD, 2021, p. 747).

Apesar de apresentar a Coeducação como um de seus princípios mais importantes, um dos argumentos escolanovistas centrava-se mais na economia de educar meninas/os na mesma instituição, do que propriamente se preocupar com questões sociais, relacionadas às relações de gênero, o que, em muitos casos, exacerbava as desigualdades entre meninas/os, que recebiam um currículo diferenciado. Era o caso da EFe, cujos conteúdos eram eleitos com base em princípios biológicos, influenciados pelo discurso médico, quando meninas eram orientadas para a ginástica rítmica, as danças, o teatro e a música, como via de preparação para a esfera privada, doméstica; enquanto meninos desenvolviam exercícios ginásticos baseados

nos métodos militares europeus (SOARES, 1994; OLIVEIRA, CASTRO, 2000).

O que se notava era a defesa da escola mista como forma econômica de organizar as classes escolares. Juntar meninos e meninas na escola seria um modo de afirmar a educação como direito de todos e de viabilizar a suposta ‘equalização de oportunidades’, presentes no projeto liberal da ‘Escola Nova’ (AUAD, 2018, p. 67)

Importante salientar que até este momento, estamos falando sobre “Coeducação” na Educação brasileira na perspectiva da escola mista, que pressupõe o ensino para meninas/os juntas/os, na mesma instituição. Contudo, este é um entendimento inicial e distinto daquele que adotamos para “Coeducação” nesta obra. As escolas que preconizavam a possibilidade de meninas/os estudarem juntas/os encontravam, muitas vezes, a separação delas/es nas aulas de EF, ministradas por uma professora para as meninas; e um professor, no caso dos meninos. Ou seja, não somente os conteúdos eram diferenciados, como quem os ministrava (LOUZADA DE JESUS, DEVIDE, VOTRE, 2008). Neste sentido, a escola mista não foi suficiente para transformar as representações sociais cristalizadas sobre o masculino e o feminino, perpetuando o binarismo de gênero, a hierarquização, a diferenciação de conteúdos de ensino, os usos dos espaços físicos e, sobretudo, as formas dos corpos agirem no espaço escolar, o que justifica a emergência da Coeducação (AUAD, 2018; DEVIDE, ROCHA, MOREIRA, 2020).

De acordo com Louzada de Jesus, Votre, Devide (2007), há um tratamento distinto para meninas/os na História da EF no Brasil. A Reforma do Ensino Primário, em 1882, já sugeria práticas corporais diferenciadas para alunas/os (SOARES, 1994). Posteriormente, o Método de EF Desportiva Generalizada reforçou o argumento da separação de meninas/os com vistas à promoção da *performance* e da aptidão física destes grupos. Por

fim, a legislação federal explicitou a separação por sexo com o decreto n. 69.450, de 1º de novembro de 1971, que em seu artigo 5, item 3, legitimava as turmas separadas por sexo, com base em argumentos biológicos (BRASIL, 1971). Somente a partir da metade da década de 1980, com a emergência de um pensamento renovador na EFe, surgiram debates que problematizaram a organização das aulas de EF separadas por sexo e mistas, com tendência à defesa do segundo modelo.

Neste contexto, faz-se relevante diferenciarmos as aulas mistas, tidas equivocadamente como sinônimo de aulas coeducativas, por proporcionarem o ensino para meninas/os no mesmo ambiente. Conforme salienta AUAD (2018, p. 68): “Os sistemas de ensino mistos apenas tem conseguido uma igualdade formal, promotora de sutil e mascarada discriminação. (...) é necessário ir além da escola mista e dar um passo adiante na direção da coeducação”. No que tange às aulas mistas, unir meninas/os na EFe não significa garantir igualdade, no sentido de minimizar os conflitos relacionados às diferenças de toda ordem: gênero, sexualidade, classe, habilidade motora, força, idade, entre outros marcadores das diferenças que constituem causas para um “emaranhado de exclusões” (ALTMANN, 2002, 2015). É fundamental reconhecer as diferenças e promover um ambiente no qual todas/os possam experimentar as práticas corporais de forma prazerosa, independentemente do sexo ou da habilidade motora (COSTA; SILVA, 2002; SARAIVA, 1999, 2002).

Dentre alguns argumentos iniciais em prol da escola mista, presentes na literatura, assim como no discurso discente e docente na EFe, destacamos: o ensino para a convivência igualitária na vida adulta em sociedade, a possibilidade de meninas desenvolverem mais habilidades, além daquelas tradicionalmente associadas à feminilidade; a viabilização dos conteúdos para ambos os sexos, o combate aos estereótipos associados às noções de desempenhos de meninas/os em determinadas áreas de estudo; e o prazer da socialização, participando juntas/os. Contudo, a escola mista também sofre resistências, dentre as quais

destacamos: meninas teriam maior sucesso escolar se estudassem em escolas separadas; nestas escolas, haveria um clima de liberdade para meninas se expressarem melhor, sem se espelharem nos padrões masculinos; o bom desempenho de meninas em aulas mistas poderia desencorajar meninos que, sob pressão, teriam a necessidade de se afirmar; nas aulas mistas haveria maior índice de violência entre estudantes, decorrente da suposta brutalidade, individualismo e heterogeneidade entre meninas/os no que tange à aptidão física e às habilidades motoras; além destas aulas não permitiriam apresentar atividades de acordo com os interesses de cada sexo, com equilíbrio no que tange às habilidades motoras e valências físicas (LOUZADA DE JESUS, DEVIDE, 2006; LOUZADA DE JESUS, VOTRE, DEVIDE, 2007; AUAD, 2018).

Na EF, as fontes por nós consultadas indicam que o conceito de Coeducação emerge inicialmente entre as décadas de 1970-1980, na Alemanha, com escritos de Dieter Brodtmann¹ e Eike Jost² - *Koedukation im Sportunterricht: Materialien zum Seminarthema*³, uma obra introdutória, com 44 páginas, impressa em 1977; posteriormente, o livro de Herbert Stündl, “Koedukation und kleine spiele”⁴, publicado em 1979. Na sequência temos os livros de Claudia Kulgelman⁵ - *Koedukation im Sportunterricht*⁶ e

¹ Atuou como professor em disciplinas como Didática da Educação Física e Estágio na área de Esportes nas Universidades de Göttingen (1962-68), Hamburgo (1969-1972) e Baixa Saxônia, em Hanover (1972), aposentando-se pela Universidade de Leibniz, em 2001. Foi membro fundador da Associação Alemã de Ciências do Desporto e cofundador do *Journal for Sports Education*.

² Professor aposentado de Educação Esportiva e chefe do Departamento de Educação do Jogo e do Movimento do Instituto de Pesquisa de Lazer, Jogo e Educação do Movimento (IFSB) da Universidade Leuphana de Lüneburg.

³ Coeducação em Educação Física: materiais sobre o tema do seminário (tradução do autor).

⁴ Coeducação e pequenos jogos (tradução do autor).

⁵ Professora aposentada da Universidade Técnica de Munique, onde atuou de 1974-2015, nas áreas de saúde e exercício, meninas e mulheres no esporte,

*“Pädagogische Möglichkeiten und Grenzen des koedukativen Sportunterrichts und unterrichtliche Probleme bei seiner Realisierung”*⁷, editados em 1980, que aprofundam o debate acerca da Coeducação. Por fim, Gertrude Pfister publicou *“Geschlechtsspezifische Sozialisation und Koedukation im Sport”*⁸, em 1983⁹.

No Brasil, ainda que tardiamente, identificamos um capítulo pioneiro de Dieter Brodtmann, intitulado “Co-educação na aula de educação física: problemas para fundamentação e realização”, publicado em 1984. Posteriormente identificamos um artigo de Maria do Carmo Saraiva, “Aula coeducativa: uma chance de superação das desigualdades entre os sexos em aulas de Educação Física”, publicado na revista Espaços da Escola, em 1992; sua dissertação de mestrado, intitulada “Quando a diferença é mito: uma análise da socialização específica para os sexos sob o ponto de vista do esporte e da Educação Física”, defendida em 1993, na Universidade Federal de Santa Catarina; um artigo publicado por Alfredo Faria Júnior, intitulado “Futebol, questões de gênero e coeducação”, em 1995; e por fim, o primeiro livro publicado sobre Coeducação no campo da EF, também de autoria de Maria do Carmo Saraiva: “Coeducação Física e Esportes: quando a

didática do esporte, gênero e esporte, pedagogia ao ar livre. Disponível em: <<https://www.claudia-kugelmann.de/index/>> Acesso em: 04 de ago. 2022.

⁶ Coeducação em Educação Física (tradução do autor).

⁷ Possibilidades e Limites Pedagógicos da Educação Física Coeducativa e Problemas Educacionais em sua Realização (tradução do autor).

⁸ Socialização e coeducação específicas de gênero no esporte (tradução do autor).

⁹ Em obra publicada por Maria do Carmo Saraiva (1999), outros textos sobre Coeducação, de autoria alemã, são mencionados, o que demonstra a emergência inicial deste debate: PILZ, G. Koedukation im Sportunterricht – ein Beitrag zum Abbau geschlechtsspezifischer Rollenklischees? In.: KLEIN, M. (Org.). Sport und Geschlecht. Reinbeck bei Hamburg: Rowohlt, 1983. p. 123-135. ZITZMANN, P. Koedukation im Abseits? Aktuelle Probleme gemeinsamer Geschlechtererziehung im Sport. Sportunterricht. Schrndorf, v. 12, n. 38, p. 465-472, 1989.

diferença é mito”, editado pela “Coleção Educação Física”, da editora Unijuí, em 1999.

Podemos afirmar, então, que a Coeducação emerge no Brasil, na década de 1980, com capítulo de Dieter Brodtmann, como uma possibilidade para as aulas de EF, influenciada pelas ideias dos estudos publicados na Europa, notadamente na Alemanha, presentes nas referências das produções iniciais no Brasil. Nas palavras de Auad (2018, p. 79), a Coeducação se refere a um

Modo de gerenciar as relações de gênero na escola, de maneira a questionar e reconstruir as ideias sobre o feminino e sobre o masculino. Trata-se de uma política educacional, que prevê um conjunto de medidas e ações a serem implementadas nos sistemas de ensino, nas unidades escolares, nos afazeres das salas de aula e nos jogos e nas brincadeiras dos pátios.

Refletindo nesta direção, é importante frisar que uma aula mista não é necessariamente coeducativa; mas a aula coeducativa prescinde de uma aula mista, ou seja: meninas/os precisam estar juntas/os para que possamos problematizar as relações de gênero, a partir da abordagem dos nossos conteúdos de ensino. Devido, Rocha e Moreira (2020, p. 51) afirmam ser necessário superar as aulas mistas e implementar o modelo coeducativo, no qual se objetiva desconstruir a perspectiva binária, ao problematizar as descontinuidades do feminino e do masculino.

Na Coeducação, a Educação Física escolar aborda a equidade entre os sexos, criando um ambiente que promova a reflexão sobre as questões de gênero, a fim de minimizar desigualdades e desconstruir a estereotipia de gênero. Este modelo objetiva o desenvolvimento integral do(a) discente, a partir de uma formação integrada de ambos os sexos, que valorize as diferenças e habilidades independentemente do sexo.

A EFe, numa perspectiva coeducativa, deve buscar a equidade entre os sexos, a partir da construção de um ambiente

reflexivo sobre as relações de gênero, no intuito de combater desigualdades, desconstruir a estereotipia, desencorajar práticas de preconceito e promover uma formação integrada de meninas/os, que valorize as diferenças entre os grupos nas vivências das práticas corporais (SARAIVA, 1999; CORSINO, AUAD, 2012).

Para alcançar a Coeducação, entretanto, Auad (2018) indica a necessidade de “agentes de mudança”. Tais sujeitos extrapolariam a figura docente, sendo representadas/os em diferentes esferas de ação: pesquisadoras/es, secretárias/os de Educação, auxiliares, supervisoras/es, diretoras/es de escolas e coordenadoras/es pedagógicas/os. Tais sujeitos devem envolver a comunidade escolar em atividades que se relacionam com a análise das práticas escolares e sua reformulação com vistas à promoção do debate sobre equidade de gênero; a formação continuada de professoras/es, para que pesquisem e recebam conhecimentos sobre as relações de gênero e suas implicações no ambiente de ensino; a produção de material didático a ser utilizado em aulas coeducativas; a promoção de políticas públicas sobre promoção da equidade de gênero, entre outras ações que envolvem vários níveis: legislação, sistema educativo, unidades escolares, currículos, interação entre docentes e discentes, capacitação e formação profissional, paridade entre homens e mulheres nas instituições educacionais, além de livros didáticos que apresentem uma equidade nas imagens de homens e mulheres desempenhando funções diversas e não genericadas como masculinas ou femininas. Corsino e Auad (2012, p. 47-48) afirmam que para viabilizar uma EF coeducativa, inicialmente, é preciso

Repensar o próprio entendimento de Educação Física e seus objetivos no ambiente escolar, assim como entender o corpo como uma construção cultural, constituído, também, pelas relações de gênero. (...) há de se reiterar que, através das aulas, é possível que professoras e professores proporcionem situações que problematizem as questões de corpo e gênero, permitindo aos(às)

alunos(as) que reflitam sobre os processos históricos que desencadearam determinadas formas de perceber o feminino e o masculino nos diversos temas da Cultural Corporal.

Saraiva (1999), enumera alguns princípios para aula coeducativa: a) uma adaptação gradativa às práticas conjuntas, evitando conflitos constantes que podem sobrecarregar alunas/os; b) o uso de outros formatos de apresentação dos esportes, substituindo a competição e o rendimento pela comunicação, o jogo, a imprevisibilidade e as vivências sensoriais; c) a ampliação da vivência corporal através de atividades de sensibilização do corpo e a aceitação das suas possibilidades de movimento; d) a ação docente como motivação, dispensando tratamento igual às alunas/os, respeitando as diferenças; e) e o exercício permanente de discutir e solucionar problemas relacionados ao gênero e às práticas corporais, o que poderá se tornar o 'conteúdo' da aula, desde que planejado.

Na mesma direção, Faria Júnior (1995) já indicava procedimentos didáticos pertinentes à promoção da Coeducação na EFe. O autor sugere ações que combatam o sexismo, como por exemplo, no ensino de esportes coletivos, adotar estratégias de divisão de grupos mistos, equilibrados por habilidades motoras; o uso de rotação de posições para que todas/os possam experimentar o jogo, independentemente do sexo; adaptações nos padrões convencionais dos jogos, como alternância de passes entre meninas/os; atentar para escolha de meninas/os quando escolher líderes de equipes ou modelos para demonstração de movimentos; evitar direcionar somente aos meninos atenções de cunho didático, como correções, avaliações de rendimento ou falas motivadoras, fazendo-o com toda a turma; utilizar estratégias de modelização, como fotos de jogadoras de futebol, lutadoras, dançarinos; utilizar professoras/es ensinando juntas/os, em situações coeducativas; evitar reforçar estereótipos de gênero, como “-Futebol é coisa de homem”, “-A fulana joga como um homem” ou que reproduzam a noção de que as meninas e

mulheres são frágeis, inaptas, passivas, obedientes e submissas; evitar a adaptação de regras às meninas, o que gera o seu descontentamento e o sentimento de não saber jogar, além de desmotivar os meninos; equilibrar as atividades não-competitivas com aquelas que exigem disputa durante as aulas; evitar o uso da linguagem sexista e do masculino genérico para se referir ao jogo, como expressões do tipo “-Quero um armador preparando a jogada”, “Temos que confiar no guardião. Cuidado, ladrão!”, “-Marque o seu homem de perto”, “-Vamos adotar uma marcação homem a homem”, “-Enfia a menina rasteirinha” ou “-Vamos balançar o véu da noiva”¹⁰.

Como abordagem metodológica para a EF, a Coeducação contribui para analisar, interpretar e debater as vivências das práticas corporais numa perspectiva relacional de gênero, combatendo o sexismo, o machismo, a homofobia e a estereotipia de gênero, colaborando para libertar alunas/os da generificação que impregna as práticas corporais e impõem o que cada sexo pode experimentar, como o futebol e as lutas aos meninos e as atividades rítmicas e expressivas às meninas. Nas aulas coeducativas, busca-se a ampliação das vivências motoras de meninas/os, promovendo-se a interação social entre grupos heterogêneos, na qual se valorizam e problematizam as diferenças e a construção social das desigualdades de gênero, conferindo autonomia para que meninas/os construam sua agência e contestem os papéis de gênero socialmente impostos por uma sociedade heteronormativa (SARAIVA, 1999; LOUZADA DE JESUS, DEVIDE, 2006; DEVIDE, CUNHA, VOTRE, 2014; DEVIDE,

¹⁰ Sobre estas frases, Faria Júnior (1995) sugere o uso de outras, tais como: “-Quem arma as jogadas desloca-se pela direita”; “-Temos que confiar em quem guarda a meta”; “-Cuidado, adversário atrás”; “-Marque o adversário de perto”, “-Enfia a bola rasteirinha”; “-Vamos tentar marcar o gol logo no início”. Ainda que estas frases não neutralizem o masculino genérico associado ao ensino do futebol, objeto de reflexão do autor, o esforço em utilizar uma linguagem não sexista e inclusiva de gênero já se fazia presente neste texto da década de 1990.

2020; DEVIDE, ROCHA, MOREIRA, 2020). Sobre a agência de alunas/os, Kulgelmann (2010, p. 86) destaca:

(...) existem, entre os(as) jovens, aqueles(as) que não se deixam levar pelas condutas tradicionais. Eles(as) exploram e conquistam (...) novos campos para seus se-movimentar, e os consideram preferenciais para a realização de aperfeiçoamento da própria identidade.

Princípios didáticos para Educação Física escolar coeducativa

Nesta seção, nosso intuito é enumerar alguns princípios didáticos relevantes para uma postura coeducativa no ensino da EFe. Nesta direção, sublinhamos a necessidade da intervenção pedagógica estar atenta aos aspectos que auxiliem a garantirmos uma igualdade de oportunidades nas vivências dos conteúdos de ensino por meninas/os, promovendo a equidade, a partir do reconhecimento e da valorização das diferenças, além da problematização da naturalização das desigualdades de gênero na EF, a partir de argumentos biologicistas, sexistas, machistas e binários. Tais princípios buscam a construção de uma postura docente afirmativa, na direção de uma aula que tanto seja atravessada por um ambiente de diálogo e liberdade, quanto de democracia e justiça social no que tange às relações de gênero.

Reconhecimento da agência de meninas/os: é fundamental conceber que estes grupos não são passivos, sujeitos aos moldes socialmente impostos, relacionados à generificação das práticas corporais e à imposição de normas sobre uma fixidez das identidades de gênero masculina e feminina. A partir desta premissa, seremos capazes de avaliar contextos de cruzamento de fronteiras de gênero sem estranhamentos e preconceitos, como por exemplo, a postura de meninas habilidosas que jogam futebol com

meninos; meninos coordenados e ritmados, que participam de coreografias de dança com meninas; ou meninas que assumem um comportamento similar aos meninos no que tange à ocupação dos espaços e ao protagonismo nas atividades propostas nas aulas.

Combate ao binarismo de gênero: é necessário propor situações didáticas que reconstruam a representação polarizada sobre meninas/os, que reproduz binarismos como forte/frágil, hábil/inábil, racional/sensível. Tais estereótipos de gênero associados às meninas e aos meninos reduzem suas potencialidades, inibem o desenvolvimento de habilidades e homogeneízam tais grupos, desencorajando elas e eles a experimentarem práticas corporais representadas socialmente como masculinas ou femininas. É preciso questionar o que é ser um menino ou uma menina em diferentes tempos e culturas, assim como o que significa a masculinidade e a feminilidade, enquanto identidades que podem habitar corpos de meninas/os. Tais questionamentos podem ser desencadeados a partir do debate sobre valores e práticas sociais que a juventude traz consigo hoje e que, muitas vezes, rompem fronteiras de gênero que podem ser problematizadas através dos conteúdos de ensino da EFe.

Garantia de oportunidades iguais a todas/os: a intervenção pedagógica deve proporcionar a igualdade de oportunidades na vivência das práticas corporais oferecidas, independentemente do sexo, promovendo um ambiente de liberdade para que meninas/os, independentemente de suas diferenças, vivenciem o maior número possível de atividades de forma equânime, conhecendo os seus limites, observando e respeitando suas diferenças no que se refere à força, velocidade, resistência, coordenação, ritmo, entre outros marcadores que ora meninas, ora meninos apresentarão vantagens quando se envolverem nas atividades propostas.

Reconhecimento da diferença como um valor: a aula de EF deve proporcionar um ambiente de diálogo e liberdade, propondo situações didáticas que estimulem o debate sobre as questões de gênero, por exemplo, a partir de dinâmicas como “rodas de conversa” ou “júri simulado”, a fim de se reconhecer as diferenças relacionadas aos marcadores sociais de gênero, sexualidade, raça, classe, geração, deficiência, geografia, entre tantos outros que se interseccionam. Neste contexto, a figura docente deve buscar identificar o valor inerente às diferenças, suas vantagens para convivemos em sociedade e a necessidade de pensarmos que estas diferenças não podem justificar desigualdades sociais, especificamente no que tange ao gênero e à sexualidade.

Busca da equidade: é importante sublinharmos as diferenças entre os termos “igualdade” e “equidade”, cotidianamente tratados como sinônimos. Enquanto a igualdade se relaciona à garantia de oportunidades iguais a todas/os, independentemente de suas diferenças: de classe, raça, religião, gênero, sexualidade, geração, geografia etc.; a equidade reconhece essas diferenças e a necessidade de construirmos mecanismos que permitam que estas diferenças sejam contornadas, para que estas pessoas também tenham acesso a todas as oportunidades, especificamente, de vivenciar as práticas corporais propostas nas aulas de EFe.

Usos da linguagem: escola e docentes precisam avaliar a forma como tem utilizado a linguagem, tida como um campo de construção de desigualdades de gênero, que de forma reiterada, atravessa e constitui papéis e práticas que, se não problematizadas, tendem a ser naturalizadas, instituindo poderes, construindo hierarquias e desigualdades. A linguagem demarca os lugares dos gêneros pelo ocultamento e/ou pela forma diferenciada de tratar o feminino e o masculino. Um exemplo é a invisibilidade das alunas no discurso institucional e docente, uma vez que a escola e docentes tendem a usar o substantivo masculino para se direcionar a todo o corpo discente, ou seja, as

alunas devem aprender que estão incluídas no grupo dos “alunos”. Outro exemplo é o uso do termo “reunião de pais e mestres”, que invisibiliza a presença das mães e professoras que, em sua maioria, comparecem a tais agendas. A figura docente deve optar pelo uso da linguagem de forma inclusiva, evitando privilegiar os meninos, como o uso recorrente de termos no masculino, por exemplo, “-Preciso de dois capitães para escolher os times!” ou “-No jogo de hoje, quero que façam a marcação ‘homem a homem!’”; assim como evitar reforçar estereótipos e preconceitos de gênero, que nas aulas de EF circulam em frases do tipo: “-Você está jogando como uma mulherzinha!”, “-Pare de chorar e jogue como homem!”, “-Tenha modos e não faça bagunça como os meninos!”.

Atenção às práticas de exclusão: a Coeducação deve estar atenta às práticas de exclusão na EFe, sobretudo aquelas cujos marcadores sociais de gênero e sexualidade são as causas. Nesta direção, práticas reiteradas, via linguagem, gestos ou agressões físicas, direcionadas às características pessoais de alguém, que tragam caráter misógino, machista, sexista ou homofóbico, devem ser contestadas e problematizadas com a turma, no intuito de tematizar as diferenças e interpretá-las como um valor e não um problema que justifique a prática de violência simbólica ou física, gerando exclusão das atividades. A título de exemplo, tais situações são comuns quando um grupo de meninos exclui um colega de turma, utilizando apelidos pejorativos, por este não atender às expectativas sociais relacionadas a um determinado padrão de masculinidade, como por exemplo, gostar e apresentar habilidade para jogar futebol.

Proposição de atividades onde a cooperação se sobreponha à competição: apesar da competição ser um elemento constituinte dos jogos e esportes, por exemplo, as aulas de EF não devem utilizá-la como única ferramenta para motivar alunas/os a participarem, sobretudo, por este modelo promover um/a

vencedor/a enquanto o restante da turma será derrotada. Numa aula coeducativa, é importante que se construa uma atmosfera de prazer em vivenciar as práticas corporais, sobrepondo a participação e a cooperação em lugar da competição enquanto disputa. Neste sentido, propor atividades nas quais meninas/os participem juntas/os, de forma colaborativa, em detrimento da disputa com o/a outra/o, favorece a socialização, o reconhecimento das diferenças e a adoção de atitudes solidárias, no auxílio daquelas/es que necessitam.

Não privilegiar os meninos: ao priorizar os esportes como conteúdo central, sobretudo os esportes coletivos, a EFe tem historicamente privilegiado as experiências motoras dos meninos, socialmente incentivados a se envolverem com estas modalidades; enquanto as meninas tendem a ser desencorajadas e incentivadas à adesão às atividades rítmicas e expressivas, por exemplo. Neste contexto, aulas coeducativas devem oportunizar que todas/os possam experimentar as práticas corporais de forma prazerosa, sem diferenciação entre meninas/os, ampliando a oferta de conteúdos, como danças, mímicas, dramatizações, jogos, ginásticas, lutas, práticas de aventura e esportes, de forma a atenderem aos interesses de todas/os. No ensino destes conteúdos, a/o docente deve usar o mesmo tom de voz com meninas/os, evitar direcionar a fala somente aos meninos, evitar eleger sempre meninos para escolherem equipes, evitar convocar sempre os meninos para demonstrarem um movimento, atentar ao incentivo aos meninos participarem enquanto aceitam que meninas declinem e fiquem sentadas, assistindo à aula, assim como encorajar tanto meninas, quanto meninos a serem protagonistas nas atividades, quando estas demandarem uma postura proativa.

Atenção à ocupação dos espaços: a literatura tem indicado uma tendência à dominação dos espaços para a vivência de práticas corporais pelos meninos, um comportamento culturalmente construído e que pode ser empiricamente

constatado ao observarmos a forma de ocupação do pátio e/ou da quadra nos tempos de entrada, de recreio e de saída das escolas - além do tempo curricular da aula de EF. A aula coeducativa deve garantir uma igualdade no uso do tempo, do espaço e dos materiais didáticos durante as vivências das atividades propostas, de forma que tanto meninas, quanto meninos possam experimentar uma variedade de atividades com igualdade de acesso ao espaço físico, assim como ao tempo e aos materiais destinados para tal. Isso pressupõe combater práticas pedagógicas que privilegiam o espaço da quadra para os meninos, enquanto suas margens são ocupadas pelas meninas; ou que priorizam o tempo de uso do espaço de forma desigual para meninas/os.

Estímulo à participação de meninas/os em práticas corporais associadas ao outro gênero: reconhecendo o processo sociocultural da generificação das práticas corporais, que tende a associar determinadas atividades à masculinidade e outras à feminilidade, a Coeducação deve proporcionar um ambiente de liberdade, que combata preconceitos e estereótipos de gênero, incentivando meninas/os a participarem de atividades socialmente associadas ao outro gênero, desconstruindo a generificação e o binarismo inerente a este processo. É importante inserir conteúdos como lutas ou futebol, a partir de exemplos de mulheres inseridas nestas modalidades, utilizando recursos audiovisuais, rodas de conversa ou atividades como as que aqui propomos. Desta forma, as alunas tendem a se sentir incluídas na referida prática corporal, oferecendo menos resistência à participação. O mesmo pode ser realizado em relação aos meninos se envolverem com atividades rítmicas e expressivas, como mímica, imitação ou danças, por exemplo.

Proposição de atividades de sensibilização: tais atividades tem a intenção de problematizar aspectos relativos aos problemas de gênero presentes na EFe. A/O docente pode trazer reportagens que apresentem fatos sobre violência contra mulheres árabas de

futebol de campo, atitudes preconceituosas de torcidas em relação à sexualidade de atletas de diferentes modalidades, desigualdade de valores nos patrocínios, premiação e salários entre atletas mulheres e homens, inclusão e/ou exclusão de atletas transgênero de algumas modalidades, entre outras questões. A leitura seguida de roda de conversa proporciona a conscientização de como as desigualdades de gênero na EF se constroem socialmente, em diferentes tempos e culturas, assim como podem se refletir nas aulas de EF, quando meninos dominam os espaços e impedem meninas de usá-los ou quando as excluem por não possuírem o mesmo grau de habilidade motora em determinada prática corporal. Tais atividades também podem utilizar animações, documentários ou vídeos curtos disponíveis na internet, que podem se tornar um material didático relevante, se propriamente sistematizado para as aulas de EF.

Ensinar de forma sensível: a/o docente de estar atenta/o às diferenças entre os grupos de meninas/os, além das diferenças intragrupo, buscando promover atividades que criem uma atmosfera de segurança e liberdade que os liberte da opressão social sobre expectativas acerca de suas identidades, o que inclui a participação bem sucedida em práticas corporais socialmente generificadas. Nesta direção, às meninas, por exemplo, sugere-se oferecer atividades que oportunizem descobrir e testar habilidades como força, combatividade e risco, que podem ser desenvolvidas a partir de esportes coletivos, lutas e/ou práticas corporais de aventura, ampliando seu repertório motor e desenvolvendo suas potencialidades corporais. Da mesma forma, deve-se problematizar a opressão masculina em relação à cobrança por superioridade nas atividades, sobretudo, nos esportes coletivos e nas lutas, buscando conduzir atividades que desenvolvam espaços de diálogo sobre autoconsciência, aceitação de suas fragilidades, contato e cuidado com o corpo do outro, medo da perda da virilidade, aspectos presentes nas vivências esportivas, sobretudo de competição. Sugerem-se trabalhos

corporais que envolvam ritmo e expressão para despertar os sentidos, a cooperação e uma socialização positiva, no sentido dos meninos se tornarem mais abertos em relação aos outros, valorizando a coletividade e a segurança dos demais.

Por que um livro sobre Coeducação, com proposição de atividades?

Se observássemos um ambiente escolar que tratasse a diversidade como um valor – e não como um problema – talvez, não precisássemos formular este questionamento. Mas o que temos, em geral, é a escola funcionando como um espaço de construção das diferenças, não somente de gênero, mas de outros marcadores sociais. A escola tem sido uma instituição que produz sentidos, comportamentos e práticas sociais que reproduzem desigualdades, constituindo-se num espaço de escolarização de corpos e mentes de forma diferenciada para os sexos (LOURO, 2003, 2004). Antes de comentarmos a pergunta acima, vejamos alguns questionamentos levantados por esta autora, sobre a construção escolar das diferenças:

É natural que meninos e meninas se separem na escola, para os trabalhos em grupo e para as filas? É preciso aceitar que ‘naturalmente’ a escolha dos brinquedos seja diferenciada segundo o sexo? Como explicar, então, que eles e elas se ‘misturem’ para brincar ou trabalhar? É de esperar que os desempenhos nas diferentes disciplinas revelem as diferenças de interesse e aptidão ‘características’ de cada gênero? Sendo assim, teríamos que avaliar alunos e alunas através de critérios diferentes? (...) precisamos aceitar que os meninos são ‘naturalmente’ mais agitados e curiosos do que as meninas? E quando (...) encontramos meninos que se dedicam às atividades mais tranquilas e meninas que preferem jogos mais agressivos, devemos nos ‘preocupar’, pois isso é indicador de que esses/as alunos/as estão apresentando ‘desvios’ de comportamento? (2003, p. 63-64)

Os questionamentos enumerados trazem consigo dois aspectos chave que os Estudos de Gênero tem buscado combater, a saber: o binarismo de gênero e a naturalização das desigualdades com base em argumentos biológicos. Além disso, tais questões deixam implícita a função fulcral da intervenção pedagógica na desconstrução de estereótipos e preconceitos de gênero no âmbito escolar, algo que, como vimos, requer mudanças na formação inicial das Licenciaturas (CORREIA, DEVIDE, MURAD, 2017; ARAÚJO, DEVIDE, 2019; DEVIDE, 2020; RAMALHO et al, 2022; LEITE et al, 2022). Para promover esta mudança, docentes necessitam receber conhecimentos acerca do “gênero” e da “sexualidade” para que possuam ferramentas didáticas para abordarem estes temas no âmbito de suas aulas, a partir do ensino de conteúdos e/ou projetos pedagógicos. Corsino e Auad (2012, p. 61) reforçam que:

As desigualdades de gênero podem diminuir quando há maior preocupação e intervenção dos(as) professores(as) na organização das aulas, no que se refere à interação de meninas e meninos. (...) essa ação orientada na direção da desconstrução das polaridades e hierarquias de gênero, corresponde a uma das ações percebidas como coeducativas.

Sobre este ponto, Kulgelmann (2010) destaca que as/os docentes também devem refletir sobre como, na sua própria prática, podem ser responsáveis pela manutenção de estereótipos e preconceitos no ensino da EFe, revendo seus valores, pois numa prática coeducativa,

o ensino conjunto de meninos e meninas, (...) só será realizável no instante em que todos estiverem de acordo para colocar em xeque seus próprios conceitos e condutas e aceitar possibilidades transformadoras (p. 95).

Entretanto, o que testemunhamos hoje, são retrocessos no que tange à abordagem desta temática no âmbito da Educação

brasileira. Relatório recente do *Human Rights Watch* (CABRERA, 2022), intitulado “Tenho medo, esse era o objetivo deles: esforços para proibir a educação sobre gênero e sexualidade no Brasil”, desenvolveu uma pesquisa entre 2020-2021, com uma análise documental de 217 Projetos de Lei e Leis Federais, Estaduais e Municipais; além de 56 entrevistas com docentes e servidoras/es públicas/os que atuam na área da Educação em diferentes Estados, além do Distrito Federal (AL, MG, PR, PB, RJ, RS, SP, SC, BA). Os resultados são alarmantes e indicam retrocessos, como: a) invisibilização da Educação sobre Gênero e Sexualidade na Lei e na Política Brasileiras, a exemplo do que tínhamos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nos Parâmetros Curriculares Nacionais e o que temos hoje nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC); b) a necessidade premente de Educação sobre Gênero e Sexualidade no Brasil, com a defesa da Educação Integral em Sexualidade, a abordagem da violência contra mulheres, crianças e pessoas LGBTQIAPN+; c) a ascensão de grupos que se opõem à Educação sobre Gênero e Sexualidade, tais como “Escola Sem Partido” e a emergência da suposta “Ideologia de Gênero”; d) as mudanças conservadoras na Política de Educação, que suprimiram o debate sobre gênero e sexualidade do Plano Nacional de Educação (PNE) e da BNCC; e) a emergência de um discurso político que desacredita a Educação sobre Gênero e Sexualidade, ancorado na figura do presidente da República e Ministras/os do governo anterior (2019-2022); assim como as consequências destes retrocessos, explicitados em estudos de caso com docentes de seis estados (SP, RJ, PR, AL, SC, PB), que enfrentaram perseguição e violência por promoverem o debate sobre “gênero” e “sexualidade” na escola.

Dados da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), referentes à “Pesquisa Nacional sobre o Ambiente educacional no Brasil: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais (ABGLT, 2016)

também trazem resultados alarmantes. Realizada entre 2015-2016, com 1016 discentes matriculados na Educação Básica, que se autodeclararam LGBTQIAPN+, com idade entre 13-21 anos e provenientes de vinte e seis Estados e do Distrito Federal, indica que, entre outros aspectos, a escola tem sido um espaço hostil, onde este público convive com o medo e a violência. Cerca de 16,1% das/os discentes LGBTQIAPN+ tendem a faltar às aulas de quatro a seis dias (aproximadamente uma semana a cada mês) por não se sentirem seguros/os nos espaços escolares. Mais alarmante e relevante sublinharmos, é que dentre os espaços que consideram menos seguros, foram apontados: banheiros (38,4%), aulas de EF (36,1%), vestiários (30,6%) e as quadras e instalações esportivas da escola (22,1%). Tais dados acerca da pesquisa da ABGLT (2016) colaboram para a evasão deste público dos bancos escolares, muitas vezes, não concluindo a Educação Básica, em função dos inúmeros episódios de discriminação e violência que enfrentam cotidianamente nos diferentes espaços da instituição escolar (MENEZES, 2019).

Neste contexto, a EFe se depara com desafios, tais como: promover uma formação humana e inclusiva, para reconhecer e valorizar as diferenças (DEVIDE, 2020); reforçar a função político-pedagógica da escola, qual seja, de transformação social (SAVIANNI, 2008; LUCKESI, 2010); romper a ordem sexo-gênero-desejo, que produz 'gêneros inteligíveis' e impõe a heterossexualidade como 'regime de verdade' (BUTLER, 2003; POCAHY, 2017); combater a violência e a evasão de sujeitos LGBTQIAPN+; e explorar especificidades da EFe para problematizar relações de gênero, desconstruir binarismos e combater preconceitos a partir de uma postura coeducativa (SARAIVA, 1992, 1999, 2002; SARAIVA-KUNZ, 1993; CORSINO, AUAD, 2012; AUAD, 2018, 2021). Conforme afirma Louro (2004, p. 28-29):

O grande desafio não é apenas assumir que as posições de gênero e sexuais se multiplicaram (...) mas admitir que as fronteiras vêm

sendo constantemente atravessadas e (...) o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é a fronteira. Escola, currículos, educadoras e educadores (...) mostram-se perplexos, desafiados por questões para as quais pareciam ter (...) respostas seguras e estáveis.

Nesta direção, entendemos que adotar a Coeducação (SARAIVA, 1992, 1999, 2002; SARAIVA-KUNZ, 1993; CORSINO, AUAD, 2012; AUAD, 2018, 2021) como uma marca da prática pedagógica no ensino da EFe, pode colaborar para: problematizar as relações de gênero, respeitar e valorizar as diferenças, estranhar o currículo, desconfiando daquilo que nos parece “natural”; desconstruir binarismos (masculino/feminino, forte/frágil, hábil/inábil etc.); combater a hierarquização e a segregação entre grupos, como menos hábeis, menos aptas/os, menos fortes, menos velozes, LGBTQIAPN+; além de combater ações “corretivas” e normalizadoras, comuns na intervenção pedagógica, via linguagem, tais como frases: “-Jogue como um menino, não como uma mulherzinha!” ou “-Pare de chorar, levante e jogue como um menino”. Kulgelmann (2010, p. 86-87) defende que:

A Educação Física pode, pela tematização de atividades adequadas ao fortalecimento de uma identidade (...), apoiar e oferecer uma orientação segura nesse processo de desenvolvimento. (...) No entanto, deve ocorrer de forma dialógica e crítica, especialmente em relação aos chavões e papéis predeterminados relacionados aos sexos. (...) aos/às jovens deve ser dada a oportunidade de apresentar suas múltiplas possibilidades e experiências a partir de seu potencial individual para que, assim, possam interpretar e entender os seus interesses e opções pessoais.

Por fim, para além de buscar combater o quadro de práticas discriminatórias, excludentes e violentas relacionadas ao gênero e à sexualidade na escola e, especificamente, nas aulas de EFe, uma obra que traga proposições didáticas coeducativas se justifica na medida em que avaliamos que esta proposta ainda é mantida à sombra quando levantamos as possibilidades metodológicas de

ensino da EFe hoje, dentre as quais podemos citar algumas mais recorrentes, que emergiram na década de 1990, como a Construtivista (FREIRE, 1992), a Crítico-Superadora (SOARES et al, 1992) e a Crítico-Emancipatória (KUNZ, 1994).

Entretanto, apesar do debate sobre a Coeducação emergir na mesma década (BRODTMANN, 1984; SARAIVA, 1992, 1993, 1999), não alcançou espaço na prática pedagógica da EFe. Talvez, este quadro se relacione com os Estudos de Gênero na EF, que ainda estavam se consolidando àquela época (GOELLNER, 2005; DEVIDE et al, 2011; DEVIDE, 2020); além da abordagem do gênero e da sexualidade permanecer escassa na formação inicial na Licenciatura em EF (CORREIA, DEVIDE, MURAD, 2017; ARAÚJO, DEVIDE, 2019; DEVIDE, 2020; RAMALHO et al, 2022; LEITE et al, 2022). Esta obra, então, pretende conferir visibilidade à proposta coeducativa enquanto uma possibilidade de ensino da EF comprometido com a problematização das relações de gênero, na direção de uma intervenção pedagógica afirmativa e inclusiva.

Quais os objetivos desta obra?

As reflexões introdutórias sobre as relações de gênero na escola e na EF, o debate acerca da Coeducação e a sugestão de sistematização de um conjunto de atividades a serem desenvolvidas nas aulas de EFe, presentes nesta obra, têm como objetivos:

1. Garantir a igualdade de oportunidades na participação de meninas/os nas vivências das práticas corporais na EFe;
2. Assegurar a equidade na vivência das práticas corporais entre meninas/os, considerando suas diferenças, a partir de situações didáticas que promovam a integração de todas/os;
3. Incentivar a participação conjunta de meninas/os em todas as práticas corporais tidas enquanto conteúdos de ensino da EFe;

4. Incentivar meninas/os a interagirem de forma respeitosa, cooperativa e solidária na vivência das práticas corporais, estimulando o cuidado consigo e com a/o outra/o;

5. Respeitar e valorizar as diferenças entre os grupos, no que tange aos marcadores sociais de gênero, sexualidade, raça, classe, habilidade motora, força, faixa etária, religião, deficiência, entre outros;

6. Desenvolver conhecimentos que facilitem a compreensão sobre a diversidade enquanto um valor a ser reconhecido na EFe;

7. Problematicar e conscientizar meninas/os sobre a construção social das diferenças e a naturalização das desigualdades de gênero;

8. Desconstruir estereótipos que generificam práticas corporais como masculinas ou femininas e reforçam o binarismo de gênero, estimulando o preconceito nas suas vivências;

9. Combater práticas de exclusão via linguagem ou violência física, pautadas no gênero e na sexualidade, durante as práticas corporais na EFe;

10. Promover a participação de todas/os a partir de situações didáticas que garantam a igualdade e a equidade entre meninas/os, numa atmosfera segura, livre e prazerosa para a participação conjunta.

A quem se destina este livro?

Em função dos argumentos apresentados nesta obra, a mesma se dirige a:

1. **Docentes** de EF que atuam na Educação Básica, nos segmentos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, e que pelas razões expostas nesta obra, trazem lacunas na formação inicial no que tange à abordagem das temáticas do “gênero” e da “sexualidade” no ensino da EFe;

2. *Licenciandas/os* em EF que estejam em períodos de Estágio Curricular obrigatório ou Programas de Iniciação à Docência, como a Residência Pedagógica e/ou o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, desenvolvidos na educação Básica, nos quais enfrentam os desafios iniciais da docência, dentre os quais, a abordagem das relações de gênero que emergem no ensino dos conteúdos da EFe, nos diferentes segmentos de ensino;

3. *Docentes* de outros componentes curriculares, que possam atuar de forma colaborativa com aquelas/es da EFe, a partir de projetos pedagógicos interdisciplinares e transdisciplinares, que tragam temáticas afins à problematização do gênero e da sexualidade;

4. *Comunidade*, que poderá se envolver em projetos pedagógicos da instituição escolar que abordem as questões de “gênero” e “sexualidade” de forma integrada, entre os diferentes componentes curriculares, incluindo a EFe.

Como se estruturam as atividades?

No intuito de oferecer uma sugestão de sistematização das atividades coeducativas para os diferentes segmentos de ensino nos quais está previsto o componente curricular da EFe, optamos por organizar as atividades da seguinte forma:

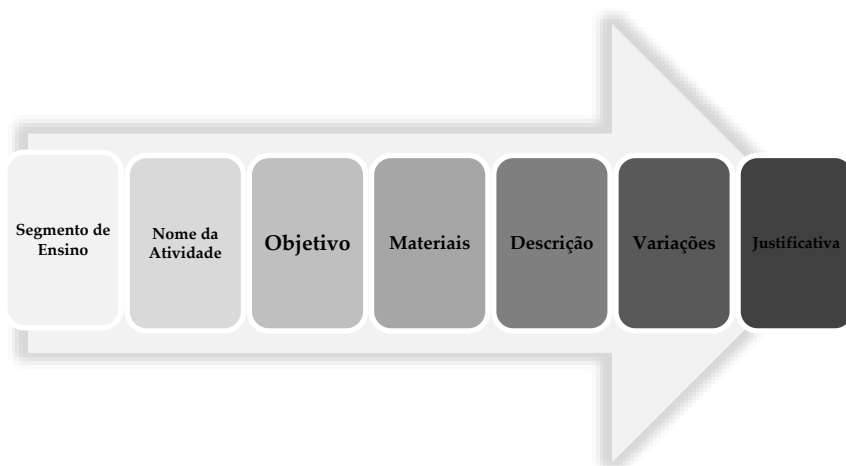


Figura 1: Esquema de sistematização das atividades.

Segmento de ensino: Apesar de observarmos que algumas atividades podem ser ministradas em mais de um segmento de ensino, aspecto constatado nas oficinas e cursos que vivenciamos, avaliamos que se adequam com mais aderência a um segmento específico, podendo sofrer ajustes para serem ministradas em anos escolares de outros segmentos.

Nome da atividade: A nomenclatura utilizada nas diferentes atividades foram atribuídas pelas/os elaboradoras/es, sofrendo ajustes à medida que foram vivenciadas, incorporando sugestões e, por vezes, sofrendo mudanças que demandaram outra nomeação.

Objetivo: Este item se refere ao que se deseja alcançar ao final da vivência na atividade, no que tange aos aspectos relativos ao “gênero” e/ou à “sexualidade”.

Materiais: Cada atividade prevê o uso (ou não) de materiais didáticos. Em alguns casos, os materiais já existem na escola, enquanto em outras atividades, há necessidade de preparação prévia por parte da/o docente;

Descrição: As atividades são descritas de forma didática, com detalhamentos (quando necessário), buscando uma linguagem

acessível, que permita a sua sistematização concreta pela/o docente.

Variações: Após a descrição das atividades, são apresentadas sugestões de variações a serem experimentadas pela/o docente, considerando a vivência inicial e seus possíveis desdobramentos.

Justificativa: Todas as atividades trazem uma justificativa que se caracterize como um argumento que alinhe a atividade à Coeducação e seus princípios básicos.

A escolha desta sistematização não exclui outras possibilidades de organização docente, no planejamento e execução de atividades coeducativas. O modelo apresentado tem o objetivo de apresentar, de forma didática, como os conteúdos da EFe, representados pelos jogos, as lutas, as ginásticas, os esportes, as atividades rítmicas e as práticas corporais de aventura, podem ser planejados de forma a garantir a problematização das relações de gênero, de forma intencional e pedagogicamente planejada.

Seção II

**Sugestões de atividades coeducativas para a
EFe**

Conforme indicamos na Apresentação, as atividades sugeridas nesta obra visam promover a reflexão sobre as relações de gênero na EFe, em diferentes segmentos de ensino. Traduzem-se numa proposição – e não um modelo - que ofereça ferramentas iniciais para que licenciandas/os e docentes de Redes Públicas e Privadas de ensino da Educação Básica possam escolher caminhos coeducativos em suas intervenções pedagógicas, de forma afirmativa, provocadora e questionadora, promovendo debates sobre as desigualdades ancoradas nos marcadores sociais do gênero e/ou da sexualidade.

Educação Infantil

É comum encontrarmos questionamentos do tipo: “-Como posso abordar questões de gênero com crianças nos primeiros anos da Educação Básica?” ou “-Este tema é complexo e deve ser abordado somente nos anos finais da Educação Básica”. Entretanto, o processo de generificação das práticas corporais e a construção de estereótipos de gênero se iniciam no primeiro núcleo social das crianças – geralmente a família, a casa, o quarto, as roupas, os primeiros brinquedos – e se estende ao segundo núcleo, a escola de Educação Infantil, com seu o pátio, os tempos escolares do recreio, do lanche, da sala de aula da Educação Infantil e, especificamente, da EFe.

Estudos indicam que tais tempos e espaços tem contribuído para generificar comportamentos, como o domínio dos espaços, a escolha de brinquedos e jogos por parte de meninas/os, assim como a reprodução de estereótipos de gênero, como meninos mais hábeis e fortes e meninas menos habilidosas e frágeis (MARIANO, ALTMANN, 2016; PEREIRA, BRITO, 2018). Nesta direção, ao elencar objetivos para a aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil, especificamente sobre o campo das experiências do “eu, o outro e o nós”, a BNCC (BRASIL, 2018) destaca aspectos relacionados à identificação e ao respeito às diferenças, ao indicar

que na Educação Infantil as crianças já devem identificar e respeitar as diferentes características físicas entre as pessoas; enquanto até os seis anos, devem:

“Demonstrar empatia pelos outros, percebendo que as pessoas tem diferentes sentimentos, necessidades e maneiras de pensar e agir. (...) Demonstrar a valorização das características de seu corpo e respeitar as características dos outros (...). Manifestar interesse e respeito por diferentes culturas e modos de vida. Usar estratégias pautadas no respeito mútuo para lidar com conflitos” (p. 45).

Os estereótipos de gênero que emergem nos anos iniciais da Educação Infantil devem ser combatidos a partir de uma postura docente ativa e afirmativa no que concerne às relações de gênero, à identificação, ao respeito e à valorização das diferenças. Para tal, a/o docente precisa desconfiar do que é tido como “natural” (LOURO, 2004; DEVIDE, 2020), superar o binarismo de gênero, os preconceitos sobre a generificação de práticas corporais e comportamentos esperados de meninas/os, ensinando seus conteúdos de forma que todas/os possam vivenciar as práticas corporais de forma igualitária, equânime, sem discriminações, num ambiente seguro, de diálogo, confiança e liberdade, conforme os princípios para uma EF coeducativa, elencados anteriormente.

Atividade 1. POSSO BRINCAR COM ESTE BRINQUEDO?

Objetivo: refletir sobre a generificação dos brinquedos pela sociedade.

Materiais: brinquedos variados trazidos pelas crianças, sacola plástica ou caixa de papelão.

Descrição: solicitar que as crianças tragam um brinquedo de sua preferência para a aula de EF. Em uma sacola plástica ou caixa de papelão, a/o docente deve solicitar que as crianças depositem os

seus brinquedos. Na sequência, sugere-se organizar a turma em círculo, quando cada um/a irá à sacola ou caixa pegar um brinquedo, retornando à roda. Após todas/os retirarem um brinquedo, cada aluna/o irá descrevê-lo, indicando o que pode ser feito com ele em termos de brincadeiras. Após todas/os relatarem as características de seu brinquedo, a/o docente pode fazer perguntas como: “-De quem você acha que é este brinquedo? Por quê?”, “-Você gosta dele ou o pediria de presente?”, “-Você convidaria um/a amiga/o para brincar com você com este brinquedo?” Neste momento, a partir das respostas, a/o docente pode iniciar uma problematização sobre a generificação dos brinquedos e brincadeiras. Após esta etapa, a/o docente irá sugerir que cada criança passe o seu brinquedo para a/o colega da esquerda e receba o brinquedo do colega da direita, com vistas a iniciar uma atividade livre – brincadeira - com o mesmo. Neste momento, meninas/os poderão brincar sozinhos, em duplas ou grupos, experimentando diferentes brinquedos, tidos socialmente como de meninas/os. A/O docente deve observar o comportamento das crianças, seus gestos, atitudes e olhares, quando estiverem com um brinquedo considerado por elas “inadequado”, assim como as estratégias utilizadas para brincar e/ou tentar trocar o brinquedo com colegas.

Variação: realizar a etapa inicial da atividade (escolha e descrição do brinquedo) com as crianças vendadas.

Justificativa: a atividade propõe problematizar a generificação dos brinquedos, sua construção social enquanto um objeto masculino ou feminino, tanto pela indústria, quanto pela família e a escola, refletindo sobre os brinquedos como um artefato adequado para todas/os.

Atividade 2. DESENHANDO IDENTIDADES

Objetivo: promover a reflexão sobre os papéis de gênero na sociedade e a generificação das práticas corporais.

Materiais: papel, lápis coloridos e giz de cera.

Descrição: esta atividade pode ser realizada em dois momentos. Após a distribuição do material, na primeira vivência, a turma deverá ser estimulada a desenhar pessoas inseridas na sociedade, da forma como as percebem. A/O docente deve estimular que desenhem objetos que descrevam onde as mulheres e os homens trabalham, assim como objetos que elas/es utilizam no tempo de lazer. Ao terminarem os desenhos, a/o docente deve problematizar os estereótipos mais recorrentes, como: cores de roupas, comprimento dos cabelos, profissões associadas às mulheres e aos homens etc. A seguir, numa segunda vivência, a/o docente deverá pedir que a turma produza novos desenhos, de acordo com os seus conhecimentos, com mulheres e homens inseridos no contexto dos esportes. A/O docente deve problematizar quais personagens foram produzidos e em quais modalidades foram alocadas/os, questionando, por exemplo, se o futebol ou as lutas só são praticados pelos homens ou se as danças somente pelas mulheres. O intuito é promover uma reflexão sobre a diversidade de possibilidades que meninas/os têm de se envolverem em espaços sociais tidos como masculinos ou femininos, como as práticas corporais socialmente generificadas.

Variações: a/o docente pode realizar uma nova rodada, solicitando que as crianças desenhem seus brinquedos preferidos, problematizando, na sequência, a possível predominância de bonecas e utensílios domésticos entre meninas; e carrinhos, bonecos super-heróis e videogames entre meninos. Especificamente, também pode debater a natureza dos jogos de videogame que meninas/os tem preferência, debatendo suas características.

Justificativa: esta atividade parte das representações das crianças para estimular um debate sobre as relações de gênero na sociedade, nas práticas corporais e também nas aulas de EFE. Permite à figura docente estimular que as crianças pensem sobre a generificação dos papéis de homens e mulheres na sociedade, nos esportes e nos brinquedos, promovendo um pensamento menos binário e mais relacional.

Atividade 3. O QUE DESEJO SER QUANDO CRESCER?

Objetivo: debater sobre a generificação das profissões tradicionais e/ou aquelas relacionadas aos esportes.

Materiais: fotos ou desenhos de profissões e esportes.

Descrição: a atividade se divide em quatro momentos: Inicialmente, a/o docente deve perguntar à turma “-Quais as profissões de seus responsáveis?” “-Vocês acham que eles poderiam trocar de profissão?”, “-Há profissões masculinas e femininas? A partir das respostas, a/o professor/a deve indagar se na turma, há mais de um responsável (mãe, pai, tia, tio, avó, avô etc.) com a mesma profissão, quais ocupações as/os responsáveis estão mais envolvidas/os, questionando: “-Por que você acha que as mães se envolvem mais com as profissões “a” ou “b” e os pais “c” ou “d”?”. Em seguida, a/o docente deve mostrar imagens de profissões e pedir que cada criança escolha uma que deseje exercer na vida adulta, sem que as demais vejam. As crianças devem fazer uma “mímica” ou “imitação” da profissão escolhida (individualmente, em dupla ou grupos), que deve ser adivinhada pela turma. Por fim, o docente deve estimular o debate sobre as profissões que cada um/a escolheu, se são similares àquelas das/os responsáveis e se são socialmente conhecidas como femininas e masculinas. Neste debate, a/o docente pode levar fotos com exemplos de homens e mulheres em profissões associadas ao

outro gênero, debatendo que muitas profissões consideradas femininas estão sendo exercidas por homens e vice-versa.

Variações: esta atividade por ser desenvolvida numa segunda etapa, com a seguinte pergunta: “-Qual atleta você gostaria de ser?”. A partir desta pergunta, a/o docente pode problematizar se mais homens foram escolhidos pela turma, assim como as modalidades que estão envolvidos: se genericadas como masculinas ou não, como futebol, fórmula 1, lutas, skate, surfe, a partir de perguntas como: “-Por que a modalidade “y” foi mais escolhida pelas meninas?”, “-Por que a modalidade “x” foi mais escolhida pelos meninos?”

Justificativa: a atividade promove a reflexão sobre a genericação das profissões, desconstruindo estereótipos de profissões e práticas corporais como masculinas ou femininas. Oportuniza que as crianças possam desenvolver e vivenciar suas diferenças e semelhanças, partindo da realidade familiar – profissões das/os responsáveis – chegando à realidade das práticas corporais que ocorrem na EFe.

Atividade 4. JOGOS DE OPOSIÇÃO

Objetivo: oportunizar a participação de todas/os numa atividade genericada como masculina.

Material: giz.

Descrição: em duplas, alunas/os irão vivenciar uma sequência de jogos de oposição em duplas. Cada dupla deverá se posicionar dentro de uma área circular, desenhada com giz: 1) de cócoras, frente a frente, unir as palmas das mãos na altura dos ombros. Ao sinal da/o professor/a, tentar desequilibrar a/o colega somente com os braços, para encostem o quadril no chão ou uma das mãos; 2) em pé, dentro do círculo, utilizando apenas as mãos, que

devem estar em contato com as da/o colega, tentar empurrá-la/o para fora da área demarcada; 3) frente a frente, em posição de quatro apoios, tentar fazer com que a/o colega toque o solo, desequilibrando-a/o ao retirar com velocidade um de seus apoios frontais (mãos) do solo; 4) sentadas/os frente a frente com as solas dos pés unidas, tronco e braços fora do solo, empurrar a/o colega, tentando desequilibrá-la/o até que encoste as costas e/ou uma das mãos no solo. Após a vivência dos quatro jogos, a/o docente pode fazer perguntas como: “-Vocês acharam difícil?”, “-Qual jogo gostaram mais?”, “-Qual foi mais fácil de vencer?”, “-Quantas vezes conseguiram vencer?”, “-Quais estratégias utilizaram para empurrar ou desequilibrar?”, “-Meninas venceram meninos e vice versa?”, “-Vocês sabiam que estes jogos de força e desequilíbrio são para iniciação às lutas?”, “-Vocês conhecem mulheres e homens lutadoras/es?”, “-Podem dizer alguns nomes?” A partir destas questões, a/o docente pode levar imagens de mulheres lutadoras brasileiras, que possuem visibilidade internacional em diferentes modalidades: judô, esgrima, taekwondo, boxe, no intuito de desconstruir a generificação das lutas enquanto uma prática corporal destinada aos meninos.

Variação: realizar um rodízio de duplas para que todas/os lutem entre si.

Justificativa: na Educação Infantil, em geral, meninas/os tem uma constituição corporal aproximada e qualidades físicas como força, velocidade, agilidade e equilíbrio não apresentam diferenças significativas, uma vez que ainda não alcançaram a puberdade. A participação em atividades associadas às lutas minimiza a probabilidade de construção de estereótipos sobre esta atividade como uma prática corporal masculina, incentivada como um ritual de construção de masculinidade e desencorajada às meninas, reforçando a representação de que possuem corpos frágeis para participar. Nesta atividade de iniciação é comum meninas vencerem meninos, fazendo com que as crianças percebam que as lutas podem ser praticadas tanto por homens,

quanto mulheres, colaborando para o respeito mútuo entre alunas/os.

Atividade 5. PIQUE FITAS COLORIDAS

Objetivo: sensibilizar as/os participantes para a generificação das cores, vestimentas, brinquedos e práticas corporais.

Materiais: fitas coloridas (amarela, rosa, vermelha e azul).

Descrição: a/o docente deverá colocar quatro fitas coloridas na cintura de cada criança. Em seguida, deverá explicar a atividade para a turma, frisando que o objetivo é retirar o maior número de fitas da cintura das/os colegas. Cada fita terá uma pontuação: amarela (um ponto), vermelha (três pontos), azul (cinco pontos) e rosa (dez pontos). Só é permitido pegar uma fita de cada vez. Após um período de tempo estipulado pela/o docente, a turma deve ser reunida em círculo e verificar quantas fitas cada aluna/o conseguiu retirar das/os colegas. O docente deve fazer uma avaliação diagnóstica se meninos buscaram evitar as fitas de cor rosa, por exemplo, apesar de valerem mais pontos. Da mesma forma, deve observar possíveis resistências de meninas/os em terem colocadas fitas de cores consideradas inadequadas ao seu gênero, no início do jogo. A partir disso, o docente pode lançar questões como: “-Por que algumas e alguns resistiram em usar as fitas de cores rosa e/ou azul?”, “-Por que algumas e alguns não retiraram as fitas das cores rosa ou azul?”, “-Qual a cor da mochila de vocês?”, “-Quais as cores das roupas que vocês mais usam?”, “-Quais as cores dos brinquedos de vocês?”, “-Por que determinadas cores aparecem mais entre roupas e brinquedos de meninas/os?”.

Variações: desenvolver a atividade em duas etapas, com o intuito de sensibilização. Utilizar somente fitas azuis em toda a turma

numa primeira vivência e, posteriormente, somente as fitas de cor rosa. Também é possível utilizar ambas as cores numa rodada, colocando as fitas azuis nas meninas e as fitas de cor rosa nos meninos.

Justificativa: A atividade permite usar a generificação das cores pela sociedade na primeira parte, para desconstruir outros estereótipos de gênero relativos aos brinquedos, roupas e outros objetos presentes no cotidiano infantil.

Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano

Em função dos aspectos mencionados sobre a abordagem das relações de gênero na Educação Infantil, também propomos sugestões de atividades para as aulas de EF dos anos iniciais do Ensino Fundamental, visto que neste período de escolarização, meninas/os ampliam suas vivências em relação às práticas corporais, com atividades novas sendo incorporadas aos seus repertórios motores, sobretudo representadas pelos jogos, ginásticas, danças e atividades rítmicas e expressivas.

Além disso, o espaço físico onde as aulas de EF ocorrem, a natureza dos materiais didáticos e o número de crianças por turma tendem a se modificar: se antes, as aulas ocorriam, em geral, num espaço menor e reservado, como uma sala destinada aos jogos e brinquedos, ou numa parte do pátio; havendo estrutura adequada, agora ocorrem num espaço maior, como um campo ou uma quadra poliesportiva. Da mesma forma, os materiais tendem a ser variados, para além dos brinquedos e objetos antes utilizados, incorporando bastões, cones, bambolês, bolas, cordas diversas, entre outros materiais existentes em função de cada instituição e do maior número de estudantes.

Reconhecendo a ausência de uma prática coeducativa na Educação Infantil, que muitas vezes colabora para a reprodução de estereótipos de gênero, que fortalecem os binarismos trazidos pelas crianças de fora dos muros da escola (LOURO, 2003; CORSINO, AUAD, 2012; AUAD, 2018; DEVIDE, 2020), é fundamental promovermos situações didáticas para problematizarmos as relações de gênero. No contexto em que crianças estão construindo suas personalidades e visões de mundo, cabe à escola apresentar a pluralidade presente no cotidiano social, abordando marcadores de diferença que afetam a sociedade e estão relacionados aos conteúdos de ensino, tais como: gênero, sexualidade, classe, raça, religião, geografia, deficiência, entre outros. No que tange especificamente ao gênero,

devemos combater polarizações entre meninas/os, construir uma EFe onde todas/os possam vivenciar os conteúdos representados pelas práticas corporais de forma igual, equânime, com prazer, segurança, liberdade e sem discriminações de caráter machista, sexista, misógino ou homofóbico.

Nesta etapa de ensino, a BNCC (BRASIL, 2018) destaca, entre as competências a serem desenvolvidas pela EFe, “Identificar as formas de produção de *preconceitos*, compreender os seus efeitos e *combater posicionamentos discriminatórios* em relação às práticas corporais e aos seus praticantes” (p. 221, grifos nossos). Neste sentido, apesar de não mencionar a quais preconceitos se refere, o documento explicita que esta prática discriminatória, pautada em estereótipos, circula na escola e nas aulas de EF, a partir de marcadores sociais de diferença, tais como gênero e sexualidade, entre outros invisibilizados no texto final do documento (DEVIDE, 2020).

Especificamente, do 1º ao 5º ano, este documento menciona a dimensão do respeito às diferenças em algumas habilidades a serem alcançadas pelas crianças, tais como: “Experimentar, fruir e recriar diferentes brincadeiras e jogos da cultura popular (...), reconhecendo e *respeitando as diferenças* individuais e de desempenho dos colegas” (BRASIL, 2018, p. 225, grifos nossos) ou “Identificar *situações de injustiça e preconceito* geradas e/ou presentes no contexto das danças e demais práticas corporais e discutir alternativas para superá-las” (p. 227, grifos nossos). Esta última habilidade reconhece que, no contexto das práticas corporais, sobretudo das danças, há preconceitos a serem debatidos e superados, aspecto que uma abordagem coeducativa busca atender, ao reconhecer, por exemplo, a generificação dos conteúdos e os possíveis conflitos de gênero decorrentes deste fenômeno (SARAIVA, 1999; CORSINO, AUAD, 2012; ALTMANN, 2015; AUAD, 2018).

Atividade 1. JOGO DA MEMÓRIA HUMANO

Objetivo: imitar movimentos de práticas corporais generificadas.

Materiais: bambolês e caixa com imagens de práticas corporais socialmente generificadas.

Descrição: uma dupla será escolhida para identificar as duplas que farão os mesmos movimentos, assim como as práticas corporais imitadas. Após ser escolhida, a dupla será levada para fora do ambiente de aula, enquanto as demais duplas, organizadas de forma mista, devem sortear uma prática corporal na caixa disponibilizada pela/o docente e combinar um movimento "comum" que a represente. Após, será organizado um semicírculo de bambolês no chão, onde as duplas deverão se localizar de forma "embaralhada", para dificultar a sua identificação quando realizarem os movimentos. Após as duplas escolherem os movimentos e se posicionarem, a/o docente chama a dupla escolhida para adivinhar. Após um sinal, todas as duplas devem fazer seus movimentos combinados durante 3 segundos. Após este tempo, a dupla que estava de fora deverá: 1. Identificar ao menos uma dupla a partir dos movimentos iguais e 2. Adivinhar qual prática corporal foi representada. Caso acertem, troca-se a dupla que passará a adivinhar.

Variações: a atividade pode ser realizada em diferentes formações, como a organização em colunas, por exemplo. O tempo de execução dos movimentos também pode ser alterado para menos ou mais, facilitando a identificação das duplas e as práticas corporais imitadas.

Justificativa: a atividade promove a convivência entre meninas/os, explorando uma variedade de movimentos realizados pelas duplas, relacionados às práticas corporais generificadas que estarão dentro da caixa, tais como danças, lutas, práticas de aventura, esportes, ginásticas e jogos. Como as duplas devem ser mistas, precisarão executar movimentos que

representem práticas corporais generificadas, como, por exemplo, um movimento de dança, de uma luta, de levantamento olímpico, de ginástica artística, entre outras possibilidades que poderão ser problematizadas pela/o docente numa roda de conversa, após a vivência, a partir de questionamentos: “-Como você se sentiu imitando um movimento de ballet ou ginástica rítmica?”, “-Como foi para você imitar um movimento relacionado à capoeira ou ao judô?”.

Atividade 2. JOGO DOS PASSES

Objetivo: promover a igualdade e a equidade na participação de todas/os, a partir da identificação das diferenças de habilidades e da reelaboração coletiva das regras.

Materiais: bolas de diversos formatos e coletes.

Descrição: o jogo terá início com a bola ao alto e participantes designadas/os como capitãs ou capitães das equipes. A equipe de posse da bola deverá efetuar um conjunto de passes (o número de passes será definido com a turma, de acordo com suas possibilidades motoras), sem que a equipe adversária interrompa a troca de passes. A cada conjunto de passes efetuados, a equipe marcará um ponto e a contagem reiniciará. A bola deve passar por toda a equipe, alternando passes entre meninas e meninos. Sugere-se que neste jogo a/o docente utilize diversos tipos de bolas: bola de meia, bola de borracha, bolas de modalidades esportivas (tênis, vôlei, basquete, handball, futsal, rugby etc.), o que aumenta ou diminui a sua dificuldade e, por vezes, neutraliza a habilidade mais desenvolvida de discentes em relação à recepção, por exemplo, de uma bola menor, como a bola de meia ou de tênis; ou de uma bola menos conhecida, como a de rugby.

Variações: caso haja dificuldade em completar a sequência de passes, pode-se estabelecer como regra que a bola possa dar um quique no chão antes da recepção, optar por bolas com formato que facilitem a recepção do passe ou diminuir o número de passes para efetuar o ponto.

Justificativa: o jogo exige habilidades motoras as quais, por vezes, alguns meninos já começam a apresentar superioridade em relação à maioria das meninas entre o primeiro e quinto anos. Neste sentido, após a primeira vivência e visando problematizar as relações de gênero, a/o docente deve questionar aspectos como: “-O jogo está difícil?”, “-Quais estratégias usaram para atingirem o número de passes e fazer o ponto?”, “-Por que as equipes não conseguem fazer o ponto?”, “-O que podemos mudar no jogo?”. A partir de perguntas, emergirá um debate sobre erros nas recepções, dificuldades na precisão dos passes por meninas/os ou a necessidade de diminuir o número de passes para dar continuidade ao jogo. Após a roda de conversa, deve-se propor um segundo jogo, com as regras reelaboradas, estimulando a análise da necessidade de alteração das mesmas e a adequação às diferenças de habilidade da turma, possibilitando a igualdade na participação de meninas/os, adequando o jogo às diferenças e garantindo a equidade.

Atividade 3. TOTÓ HUMANO

Objetivo: promover a igualdade de oportunidades na participação num jogo de futebol, reconhecendo as diferenças e garantindo a equidade.

Materiais: bola, cones, cordas/giz/fita crepe para delimitar o campo de jogo.

Descrição: Delimitar o campo em duas partes, cada uma com duas linhas (ataque e defesa) e dois gols. Organizar duas equipes, que deverão permanecer de mãos dadas ou segurando a corda. As/os integrantes optarão por jogar no ataque ou na defesa, só podendo deslocar-se lateralmente, sem soltarem as mãos (ou a corda). Devem trocar de linha a cada gol efetuado. Após a vivência, levantar questões para problematizar relações de gênero na modalidade: “-Alguém deixou de receber a bola?”, “-Como se sentiram jogando futebol neste formato?”, “-Quando jogam o futebol tradicional, todas/os participam?”, “-Quem joga futebol no recreio da escola?”, “-Você já ganhou uma bola de futebol de presente? Quantas?”.

Variações: Incluir um/a goleira/o e/ou mais participantes, aumentando a largura do campo; designar que componentes de uma mesma linha (ataque ou defesa) devam trocar passes alternados entre meninas/os antes de passarem para a outra linha ou chutarem ao gol, só realizar passes/chutes com o pé não dominante.

Justificativa: O futebol, como prática corporal ainda generificada como masculina em nossa cultura corporal, é um conteúdo propício à abordagem das relações de gênero na EFe. A modificação das suas regras, além de motivar todas/os, neutraliza algumas habilidades do jogo tradicional, como a condução da bola e o drible, uma vez que todas/os devem jogar em linha, de forma fixa, o que propicia a equidade entre meninas/os menos habilidosas/os, ao criar formas de contornar as desigualdades nas habilidades entre eles, entre elas e entre eles e elas. Após a primeira vivência, a/o docente pode promover uma roda de conversa com questões sobre as desigualdades nas oportunidades para jogar futebol entre meninas/os na primeira infância, contribuindo para que, em sua maioria, eles desenvolvam mais habilidades do que elas para o jogo. A partir destas questões, podem-se sugerir alterações no jogo propostas pela turma.

Atividade 4. CAÇA PALAVRAS

Objetivo: desconstruir estereótipos de gênero associados às práticas corporais.

Materiais: sacolas, pedaços de papel escritos, fita crepe, giz.

Descrição: a turma deverá ser organizada em dois ou três grupos mistos, dependendo do número de alunas/os. Cada grupo irá receber uma sacola com sílabas diversas. Ao sinal da/o docente, os grupos deverão formar palavras referentes a algum tipo de jogo, esporte, brinquedo, como por exemplo: futebol, boneca, cabo de guerra, bambolês, brinquedos de cozinhar, carrinhos, judô, capoeira, ballet, entre outras. Descoberta e formadas todas as palavras pelos grupos, em uma roda de conversa, a turma deverá classificá-las numa “escala” feita com giz (ou fita crepe), em que num extremo haverá a palavra “masculino” e noutro a palavra “feminino”. Após todas as palavras serem posicionadas na escala, a/o docente deverá promover um debate a partir de perguntas como: “- Por que a palavra ‘x’ foi colocada no centro da escala e não na extremidade do ‘masculino’?”, “-Por que a palavra ‘y’ foi colocada na extremidade do ‘feminino’ e não ao centro da escala?”, “-Quais os critérios vocês usaram para posicionar as palavras na escala que vai do ‘feminino’ ao ‘masculino’”? Estas questões devem estimular a construção de argumentos para a turma justificar o motivo de posicionarem alguns jogos, brinquedos e esportes como femininos, masculinos ou neutros em relação ao gênero, ao serem colocadas mais ao centro da escala. Nesse debate, a/o docente deve buscar, com exemplos e argumentos teoricamente embasados, desconstruir representações generificadas sobre as práticas corporais.

Variações: propor um segundo momento, no qual a turma seja convidada a eleger e participar de práticas corporais posicionadas

num dos extremos da escala, com a intenção de sensibilizar meninas/os para a necessidade de combaterem a generificação e participarem de forma segura, livre e prazerosa de qualquer prática corporal.

Justificativa: a atividade auxilia na desconstrução de estereótipos de gênero sobre as práticas corporais, tidas como masculinas ou femininas. Através dos apontamentos da turma, a/o docente deve abordar de forma esclarecedora, que tais padrões são históricos e culturais e não determinados pela anatomia dos corpos, ou seja, meninas/os podem se envolver com quaisquer práticas corporais presentes na escala construída pelos grupos.

Atividade 5. CONTE UMA HISTÓRIA DANÇANDO

Objetivo: participar de atividades rítmicas e expressivas de forma criativa e em grupo, desconstruindo a representação das danças enquanto prática corporal feminina.

Materiais: caixa de papelão, papel, caneta e caixa de som.

Descrição: a/o docente dividirá a turma em grupos mistos. Os grupos serão orientados a criar uma história que envolva uma prática corporal específica, sorteada a partir de opções que a/o docente disponibilizará em uma caixa: danças, lutas, práticas de aventura, jogos, ginásticas e esportes. Após um tempo destinado à construção da história pelos grupos, estes deverão “representar” expressivamente a história para os demais grupos através de uma “coreografia” de dança, acompanhada de som (caso não haja uma caixa de som, podem ser utilizados cantos ou palmas, por exemplo). Após todas as apresentações e possíveis adivinhações, a/o docente deverá mediar uma roda de conversa com a turma, questionando: “-Como elaboraram a história?”, “-Quais os papéis que meninas/os assumiram como personagens?”, “-Na

coreografia, o que meninas/os fizeram?”, “-Qual o ritmo escolheram para dançar?”, “-Alguém resistiu a fazer algum tipo de movimento?”, “-Quem ofereceu mais ideias?”. Tais questões devem estimular que meninas/os reflitam sobre como as meninas tendem a ser mais incentivadas a se envolver com as atividades rítmicas do que os meninos; assim como eles tendem a ser mais estimulados a se envolverem com esportes coletivos do que elas, gerando diferenças que precisam ser identificadas, respeitadas e valorizadas para a vivência solidária, segura e prazerosa.

Variações: a atividade pode ser desenvolvida sem música, utilizando a “mímica” e a “imitação” enquanto atividades expressivas.

Justificativa: a partir da observação sobre como meninas/os se comportarão na atividade, assim como as respostas dadas na roda de conversa, a/o docente poderá problematizar como as atividades rítmicas e expressivas podem ser vivenciadas por todas/os, de forma integrada e prazerosa, trazendo exemplos de homens e mulheres que praticam danças variadas, como as danças de salão, as danças folclóricas, as danças urbanas, a dança clássica, entre outras próximas da cultura corporal da turma.

Ensino Fundamental - 6º ao 9º ano

Nesta etapa de ensino, é comum identificarmos mudanças nos interesses de meninas/os nas aulas de EFe, algo que começa a emergir no final do segmento anterior. Deparamo-nos com o ingresso na puberdade de forma distinta entre estes grupos, com algumas meninas/os desenvolvendo-se em aspectos biológicos, como estatura, peso e qualidades físicas; mas também sociais, como interesses pessoais, manifestados numa cultura juvenil expressa via linguagem, vestimentas, preferências musicais, gestualidades e identidades, que se estenderá pelo Ensino Médio e nem sempre será reconhecida e valorizada pela escola e pela EFe (PARRELA, 2011; OLIVEIRA, LIMA, LIMA, 2016; ZILBERSTEIN, 2016).

Neste contexto, um aspecto marcante, decorrente da internalização de práticas binárias, reforçadas pela escola e por parte do corpo docente, é a tendência à separação de alunas/os na proposição das atividades. A tendência à separação já foi abordada anteriormente e deve ser desencorajada, a partir do oferecimento de atividades que propiciem uma vivência conjunta, no formato coeducativo (COSTA, SILVA, 2002; LOUZADA DE JESUS, DEVIDE, 2006; LOUZADA DE JESUS, DEVIDE, VOTRE, 2007, 2008; CORSINO, AUAD, 2012; ALTMANN, 2015; AUAD, 2018). A finalidade deve ser reconhecer as diferenças, aprender como influenciam sua participação nas práticas corporais, refletir como algumas diferenças são culturalmente construídas – tais como aquelas relacionadas às habilidades motoras; além de respeitar e valorizar a diversidade.

No que tange aos conteúdos de ensino da EFe, o grupo discente acessará novas práticas corporais, além de ampliar a vivência daquelas já conhecidas. Dessa forma, se entre o 1º e o 5º anos os jogos predominavam, em suas diversas modalidades, como jogos tradicionais, jogos de oposição, jogos de matrizes indígena e africana; a ginástica, a partir de seus elementos

elementares, representados pelos movimentos básicos, como saltar, girar, correr, rolar, equilibrar; ou as atividades rítmicas e expressivas, como a mímica, a imitação, danças folclóricas, entre outras; no Ensino Fundamental 2, tais conteúdos serão ampliados, com a apresentação de modalidades esportivas, lutas, práticas corporais de aventura, entre outras, conforme sugerem documentos oficiais (BRASIL, 2018) e orientações curriculares diversas.

É no contexto desta ampliação de conteúdos e do reconhecimento da generificação de algumas práticas corporais que docentes de EF enfrentam dificuldades didáticas diante de jovens que, com interesses variados e tendo introjetado estereótipos e preconceitos de gênero, resistem em participar das aulas, em função dos conteúdos ministrados, algo menos recorrente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Neste segmento de ensino, então, já começamos a identificar alguns meninos que não participam de atividades rítmicas e expressivas, como algumas danças, por exemplo, sob o argumento de que são atividades femininas e de que ameaçam a sua virilidade e masculinidade (ANDREOLI, 2019; ANDREOLI, CANELHAS, 2019). O mesmo ocorre com meninas que se excluem de atividades, por exemplo, relacionadas às lutas, sob o argumento de que são masculinas e podem machucar (SO, MARTINS, BETTI, 2018). Em ambos os exemplos, identificamos o reforço da generificação de práticas corporais e do binarismo de gênero.

Especificamente acerca das lutas e danças, entre as habilidades sugeridas na BNCC para esta etapa de ensino, destacamos aquela que menciona: “Problematizar *preconceitos e estereótipos* relacionados ao universo das lutas e demais práticas corporais, propondo alternativas para superá-los, com base na solidariedade, na justiça, na *equidade e no respeito*” (BRASIL, 2018, p. 233, grifos nossos) e “Discutir *estereótipos e preconceitos* relativos às danças de salão e demais práticas corporais e propor alternativas para a sua superação” (p. 235, grifos nossos). Ambas habilidades reforçam o argumento mencionado, sobre a

resistência de alunas/os, respectivamente, às lutas e às danças, indicando a necessidade da EFe “debater” e “problematizar” preconceitos sobre estas práticas corporais, o que pressupõe a necessidade da Coeducação (SARAIVA, 1999; CORSINO, AUAD, 2012; AUAD, 2018; DEVIDE, ROCHA, MOREIRA, 2020).

Neste cenário de relações de gênero que se modificam ao longo do Ensino Fundamental, recuperamos alguns princípios didáticos já apresentados, a serem utilizados numa EFe norteadas pela Coeducação. Tais princípios devem garantir a igualdade de oportunidades na vivência dos conteúdos por meninas/os, promovendo a equidade, a partir do reconhecimento e da valorização das diferenças, combatendo o binarismo de gênero e a generificação das práticas corporais.

Assim, sugerimos que a/o docente proponha atividades coeducativas para problematizar aspectos relativos aos problemas de gênero emergentes nas aulas deste segmento de ensino. A intervenção pedagógica deve combater o binarismo e a generificação dos conteúdos; reconhecer e valorizar a agência de meninas/os que experimentam os movimentos com liberdade e sem preconceitos; ensinar de forma sensível, estimulando a participação de meninas/os em práticas corporais associadas ao outro gênero; garantir que todas/os tenham as mesmas oportunidades na vivência das práticas corporais, independentemente de suas diferenças, buscando a equidade; utilizar uma linguagem inclusiva de gênero, evitando o masculino genérico para se referir à turma ou utilizando apenas meninos como exemplos, privilegiando-os; combater as práticas de exclusão, sobretudo relacionadas aos marcadores sociais do gênero e da sexualidade; e garantir que meninas/os utilizem o espaço de forma igualitária, sem a dominância de um grupo.

Atividade 1. JOGO COLETIVO NUMERADO

Objetivo: oportunizar a igualdade na participação entre meninas/os em um jogo coletivo.

Materiais: bola e giz.

Descrição: a atividade pode ser realizada com modalidades esportivas e jogos de invasão. Organizar duas equipes mistas. Falar um número para cada um/a, sem que o time oposto ouça. Os números são distribuídos para quatro alunas/os: duas duplas mistas, p. ex.: Ana/Felipe, equipe A; e Cláudia/João, equipe B, são nº 1. Quando a/o docente falar “-Nº 1!”, somente 4 discentes numerados como “1” poderão jogar se deslocando no campo. As/os demais deverão jogar fixas/os. Após o ponto, falar outro nº e outras duplas jogarão. A/o docente deverá identificar conflitos de gênero na dupla ou entre duplas e problematizar a construção social das diferenças de habilidades motoras entre meninas/os em jogos coletivos, a partir de uma roda de conversa, minimizando os conflitos e possíveis exclusões e/ou auto exclusões.

Variação: numa segunda vivência, desenvolver o jogo com mais de duas duplas se deslocando, ou seja, chamando dois números.

Justificativa: o jogo contribui para que todas/os joguem em deslocamento ou fixa/o, na modalidade eleita, garantindo igualdade de oportunidades e equidade em relação às diferenças de habilidades com jogos coletivos, debatidas na roda de conversa. Cada quadra representada por um número é composta de duas duplas mistas, garantindo que todas/os vivenciem o jogo com o objetivo de alcançar o ponto, promovendo a coletividade, já que as/os demais, mesmo fixas/os, poderão receber e efetuar passes, chutes, arremessos, a depender da modalidade eleita.

Atividade 2. FUTDUPLA COM TRAVE MÓVEL

Objetivo: desconstruir estereótipos sobre uma prática corporal genericada como masculina, a partir da reflexão sobre a vivência lúdica e cooperativa do jogo.

Materiais: elástico e bola.

Descrição: um elástico é amarrado na cintura de uma dupla mista que representa a trave móvel de cada equipe, posicionada no fundo da quadra ou campo de jogo. A trave pode se movimentar apenas na largura da quadra, sobre a linha de fundo, com o objetivo de evitar o gol da equipe oposta. As equipes devem ser compostas por duplas mistas, em número de participantes proporcional ao espaço disponível. Durante o jogo, as duplas devem trocar passes entre si até conseguirem alcançar o território oposto e chutarem ao gol móvel. A dupla que converter o gol deve compor a trave móvel da equipe oposta, enquanto a dupla que fazia a trave móvel deve compor a equipe que efetuou o gol. Após a vivência, a/o docente deve promover uma “roda de conversa” com a turma, estimulada por perguntas como: “-Todas/os receberam a bola?”, “-Todas/os tiveram a oportunidade de chutar ao gol?”, “-Alguém da dupla tocou mais na bola?”, “-Como podemos garantir que todas/os nas duplas possam receber, passar e chutar a gol?”. Estas questões devem auxiliar a turma a identificar possíveis problemas e criarem soluções, transformando as regras iniciais do jogo, aplicando-as em nova partida.

Varição: utilizando um elástico maior, inserir um/a goleira/o que deverá acompanhar o movimento da trave móvel.

Justificativa: promover um jogo misto, numa dinâmica lúdica e que neutralize algumas habilidades, como condução, finta e o drible, colabora para que haja oportunidade de todas/os participarem, além de possibilitar que meninas/os com menos habilidade com a modalidade possam jogar juntas/os, apesar das diferenças no domínio dos fundamentos do jogo tradicional.

Promover a vivência do futebol com meninas/os desde os anos iniciais minimiza a prática de exclusão deles em relação às meninas, assim como a recusa de algumas meninas em participar das aulas com este conteúdo nos anos iniciais. A experiência de jogar na linha e também ser trave móvel proporciona uma vivência ampliada do jogo por todas/os. A estratégia da troca entre quem joga na linha e quem é trave móvel minimiza a competição, pois a cada gol, integrantes de uma equipe que recebeu o gol passam a compor a equipe que efetuou o gol e vice-versa, fazendo com que, ao final do jogo, a maioria tenha participado de ambos os times.

Atividade 3. "QUIZZ" ESPORTIVO

Objetivo: debater sobre a os estereótipos de gênero e a generificação das práticas corporais, a partir da vivência do jogo.

Materiais: papel, caneta, material impresso.

Descrição: cada discente deverá escrever o nome de uma modalidade esportiva numa papeleta. A seguir, a turma será organizada de forma livre, em pequenos grupos. Cada grupo deverá escolher uma modalidade dentre as existentes nas suas papeletas e enumerar o maior número de nomes de atletas famosas/os da modalidade. Vence o "Quiz" a equipe que enumerar mais nomes. Neste momento, a/o docente deve observar: como os grupos estão formados (mistos ou separados por sexo); quantas/os atletas homens e mulheres serão mencionadas/os; assim como se os grupos vencedores serão aqueles que enumeraram mais atletas homens. Na sequência, numa roda de conversa, a/o docente deve lançar questões à turma, como: "-Como foi a composição dos grupos?", "-Quais as modalidades meninas/os anotaram nas papeletas?", "-Quais são as características de cada modalidade eleita?", "-Estas

características fazem com que sejam modalidades para meninas ou meninos?”, “-Por que muitas pessoas acreditam que certas modalidades são mais adequadas às mulheres ou aos homens?”, “-O que escutam, fora da escola e na escola, sobre a participação de mulheres em modalidades como lutas e futebol e meninos em práticas como as danças?”.

Variação: sugere-se adicionar mais uma etapa, na qual a/o docente deve solicitar que cada grupo, após enumerar o maior número de nomes de atletas, deverá eleger um/a delas/es e descrever algum fato de sua trajetória esportiva na modalidade, como requisito para vencer o jogo.

Justificativa: Esta atividade possibilita problematizar as relações de gênero nas práticas corporais, ao estimular o debate sobre os motivos contribuintes para meninas/os terem mais facilidade para enumerarem nomes de atletas homens do que mulheres nas modalidades escolhidas, em decorrência da maior visibilidade dada pela mídia esportiva ao primeiro grupo. Neste debate, é relevante desconstruir estereótipos que generificam modalidades como masculinas ou femininas, a partir de exemplos, tais como os resultados de atletas brasileiras no futebol de campo, no judô, no boxe, no skate, no surfe; assim como o exemplo de bailarinos brasileiros que fazem parte de balés mundialmente reconhecidos. Este debate poderá ser mediado por material impresso ou audiovisual, produzido pela/o docente.

Atividade 4. DRAMATIZANDO ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO

Objetivo: avaliar criticamente os estereótipos de gênero presentes nas práticas corporais, a partir da dramatização.

Materiais: papel, caneta, caixa de papel ou saco plástico, materiais alternativos (opcional).

Descrição: organizar a turma em grupos mistos de até cinco alunas/os. Colocar papeletas onde sejam descritas situações (cenas) numa caixa ou saco. Cada grupo, ao começar a aula, sorteia uma papeleta e junto ao seu grupo prepara a apresentação, utilizando a mímica para caracterizar a cena. A dramatização deve ser sem som, usando somente a expressão corporal. Os demais grupos devem descobrir o que está sendo encenado. O grupo que descobrir será o próximo a encenar, até todas/os se apresentarem. As situações presentes nas papeletas devem permitir a problematização das relações de gênero nas práticas corporais, como por exemplo: a resistência de um menino em participar de uma coreografia de dança; o *bullying* sofrido por uma aluna ao se inserir num jogo de futebol com meninos; a exclusão de uma menina/o num jogo por, respectivamente, não saber jogar ou não atender ao padrão de masculinidade normativa, entre outras possibilidades à escolha da/o docente. Após a apresentação de todos os grupos, a/o docente deve promover uma “roda de conversa” para refletir com a turma as cenas apresentadas e como estas situações circulam na escola e nas aulas de Educação Física, problematizando-as, no intuito de minimizar estas práticas discriminatórias e excludentes das aulas.

Variações: A atividade pode ser realizada em duas fases. Na primeira, usar papeletas sobre funções que homens e mulheres tradicionalmente assumem na sociedade; seguida de nova rodada, com questões relativas às práticas corporais. Assim, se problematiza como as práticas corporais reproduzem estereótipos de gênero presentes na sociedade em geral.

Justificativa: As atividades expressivas como a “mímica” têm ficado à margem dos conteúdos da EFe, apesar de despertarem grande motivação nos jovens. Nesta atividade, meninas/os utilizam a expressão corporal para encenarem práticas socialmente generificadas, que reforçam o binarismo de gênero. Os possíveis conflitos ou resistências à participação serão

relevantes para que a/o docente problematize as relações de gênero nas práticas corporais, combatendo estereótipos presentes nestas atividades, a serem superados nas aulas de EFe.

Atividade 5. FRISBEE ESCOLAR

Objetivo: refletir sobre a participação de meninas/os em um jogo coletivo de invasão com equipes mistas.

Materiais: *frisbee*, bambolês, fita adesiva, coletes (opcional).

Descrição: o *frisbee* é uma modalidade coletiva de invasão, com equipes geralmente mistas, praticado com um disco. O seu objetivo é marcar pontos, passando o *frisbee* (disco) para um/a colega de equipe na área de gol adversária, trazendo princípios semelhantes ao *rugby* e ao futebol americano. A/o jogador/a com a posse do disco não pode se locomover em campo e não pode haver nenhum contato físico na marcação (defesa). A modalidade é praticada sem a presença de arbitragem, pois o princípio do *fair-play* (jogo limpo) deve prevalecer. Com o objetivo de se familiarizar com o disco, na primeira parte da aula, a turma será dividida em duplas, que trocarão passes com o disco de *frisbee* em diferentes alturas (dos joelhos, da cintura e da cabeça). Logo após, formarão trios e depois grupos maiores e mistos, trocando passes em um grande círculo. Na segunda parte, ocorrerá o jogo propriamente dito, com a turma dividida em duas equipes mistas. O jogo tem como base as regras e objetivos do *frisbee* oficial, mas a/o docente fará algumas adaptações, com vistas a garantir a igualdade de oportunidades para participação de meninas/os: cada equipe não terá limite de integrantes; os passes deverão ser intercalados entre meninas/os, ou seja: menina > menino > menina > menino; o ponto deve ser efetuado com o lançamento do *frisbee* dentro de um dos bambolês fixados com fita adesiva nos cantos (superior e/ou inferior) das balizas da quadra; o lançamento nos

bambolês só poderá ocorrer após o *frisbee* ter passado por ao menos quatro integrantes de cada equipe; a equipe adversária só poderá interceptar o disco no ar; não é permitido contato físico na marcação, que na primeira vivência do jogo, deverá ser com meninos marcando meninos e meninas marcando meninas; na segunda vivência, deixar a marcação livre e observar se impactará a participação de meninas/os. Após o jogo, a/o docente deverá organizar uma roda de conversa para levantar questões sobre as relações de gênero no jogo: “-Vocês identificaram problemas que impediram o andamento do jogo?”, “-Quais mudanças podem ser feitas para melhorá-lo?”, “-O que acharam de jogarem em equipes mistas?”, “-Jogar *frisbee* em equipes mistas é igual a jogar futebol em equipes mistas? Por quê?”, “-Quais características do jogo facilitam a participação de todas/os?”, “-Quais características do *frisbee* podem ser usadas em outras modalidades coletivas para aumentar a participação de todas/os?”.

Variação: como sugestão que promova a participação e a equidade, o lançamento do *frisbee* pode ocorrer apenas com o braço não dominante.

Justificativa: por trazer uma habilidade nova, lançar o disco, este jogo facilita a participação conjunta. Por ainda ser um conteúdo menos ministrado nas aulas de EFe, o *frisbee* nos permite minimizar as diferenças entre os alunos/os, pois ambos os grupos precisarão construir novos esquemas motores para solucionar o problema referente à empunhadura e ao lançamento do disco, buscando passes mais precisos para atingirem o objetivo do jogo. Esta lacuna em relação à habilidade específica para o lançamento garante que as desigualdades de habilidades presentes em outras modalidades coletivas sejam minimizadas no *frisbee*, favorecendo a equidade. Com uma marcação sem contato físico e inicialmente realizada entre meninas e entre meninos, a/o docente garante uma atmosfera de segurança física que, normalmente, contribui para excluir meninas/os menos habilidosos, promovendo uma maior integração.

Ensino Médio

Baseando-nos nas orientações de documentos oficiais de Redes Públicas Estaduais e na BNCC (BRASIL, 2017), nesta etapa de ensino da Educação Básica, tendemos a nos deparar com discentes que acessaram uma ampla gama de conteúdos nas aulas de EFe, representados não somente pelos esportes, mas pelas atividades rítmicas e expressivas, as ginásticas, os jogos de diferentes matizes, as lutas, as práticas corporais de aventura, entre outros que podem ser sistematizados no Ensino Médio.

Na última etapa da Educação Básica, por vezes, nos deparamos com grupos de alunas/os que apresentam interesses distintos, uma vez que já se envolveram com diversas práticas corporais na EFe ou fora da escola. Nestes três anos, uma tendência que se inicia no Ensino Fundamental tende a se consolidar, a saber: a diferença de habilidades motoras entre os dois grupos, visto que suas experiências motoras na EFe e fora dela tendem a ser desiguais no que se relaciona tanto ao acesso às atividades nas aulas de EFe e demais espaços e tempos da escola (SARAIVA, 1999; KULGELMANN, 2010; CORSINO, AUAD, 2012; ALTMANN, 2016); quanto ao acesso ao espaço público para a prática corporal (IBGE, 2017)¹¹

Para fins desta obra, pressupomos que as atividades a serem sugeridas às juventudes que compõem o Ensino Médio partem do princípio de que as aulas de EFe integram alunas/os e, na medida do possível, são marcadas por uma intervenção pedagógica coeducativa, iniciada na Educação Infantil e desenvolvida ao

¹¹ Analisando o percentual de pessoas de 15 anos ou mais que praticaram alguma atividade física ou esporte, em 365 dias, nas cinco grandes regiões do Brasil, o IBGE (2015, p. 26) indica que havia “maior participação efetiva dos homens (...), pois 42,7% deles praticaram tais atividades, enquanto entre as mulheres essa proporção foi de 33,4%. Todas as Grandes Regiões apresentaram percentuais maiores de mulheres na população de 15 anos ou mais de idade, no entanto, no que diz respeito à prática de esporte ou atividade física, os percentuais de homens praticantes foram sempre maiores do que os de mulheres”.

longo dos anos do Ensino Fundamental. Como já afirmamos, a ação docente é fundamental para que, nos anos finais da Educação Básica, possamos abordar as relações de gênero na EF num cenário onde os estereótipos, os preconceitos e as exclusões que demarcam práticas discriminatórias de gênero e sexualidade, como o machismo, a misoginia, o sexismo e a homofobia sejam minimizadas (CORSINO, AUAD, 2012; AUAD, 2018; DEVIDE, 2020; GONÇALVES, RAMALHO, SOBRINHO, 2020).

Retomando documentos oficiais, a BNCC do Ensino Médio ressalta: “considerar que há juventudes implica organizar uma escola que *acolha as diversidades* e que reconheça os jovens como seus interlocutores legítimos”, promovendo situações que desenvolvam “o respeito à pessoa humana e aos seus direitos” (BRASIL, 2017, p. 463, grifos nossos). Na direção da construção de uma sociedade democrática, o documento reforça que a escola deve: “valorizar a não violência e o diálogo, possibilitando a manifestação de opiniões e pontos de vista (...) divergentes; o respeito à dignidade do outro, favorecendo o *convívio entre diferentes*; o *combate às discriminações e às violências a pessoas ou grupos sociais*” (p. 465, grifos nossos).

No que se relaciona ao componente curricular da EF, a BNCC indica uma ampliação e um aprofundamento dos conteúdos apresentados no Ensino Fundamental, articulando a cultura corporal em diálogo com diferentes campos da atividade humana, consolidando uma autonomia para um estilo de vida ativo e a tomada de posições críticas e inclusivas diante de discursos circulantes sobre o corpo e a cultura, como indica a competência cinco, da área de Linguagens:

Compreender os múltiplos aspectos que envolvem a produção de sentidos nas práticas sociais da cultura corporal de movimento, reconhecendo-as e vivenciando-as como formas de expressão de valores e identidades, em uma perspectiva democrática e de *respeito à diversidade* (BRASIL, 2017, p. 482, grifos nossos).

Sobre este excerto do documento, gostaríamos de destacar um argumento apresentado que se aproxima do que almejamos numa prática coeducativa na EFe: “(...) é fundamental que os jovens tenham experiências corporais acompanhadas de momentos de reflexão, leitura e produção de discursos nas diferentes linguagens que são objetos de conhecimento da área” (p. 487). A comunicação via situações didáticas que promovem a problematização, deve ser um elemento presente nas aulas, onde a figura docente deve funcionar como mediadora dos debates sobre as relações de gênero que atravessam diferentes conteúdos de ensino da cultura corporal, a ser vivenciada neste segmento de ensino de forma a ampliar as vivências da etapa anterior.

Neste sentido, dentre as habilidades indicadas pela BNCC, que se aproximam de uma prática coeducativa para a EFe, destacamos duas, que sugerem: “Selecionar e utilizar movimentos corporais de forma consciente e intencional para interagir socialmente em práticas da cultura corporal, de modo a estabelecer relações construtivas, éticas e de *respeito às diferenças*” e “Analisar criticamente *preconceitos, estereótipos e relações de poder* subjacentes às práticas e discursos verbais e imagéticos na apreciação e produção das práticas da cultura corporal de movimento” (BRASIL, 2017, p. 487, grifos nossos).

Atividade 1. QUEM SOU EU?

Objetivo: debater sobre relações entre gênero/visibilidade no esporte.

Materiais: etiquetas, canetas ou imagens de personalidades e pregadores.

Descrição: escrever nomes de personalidades numa etiqueta ou levar imagem com a mesma. Cada um/a receberá uma etiqueta ou imagem a ser presa nas costas. Cada um/a pode fazer até 10 perguntas para as/os demais, que só podem ser respondidas com “sim” ou “não”, até que adivinhem sua personalidade. Ex. “-Eu jogo ‘x’?”, “-Ganhei alguma medalha olímpica?”, “-Sou do Estado ‘x’?”, “-Pratico modalidade ‘y’?”, entre outras. Não é permitido: perguntar o sexo; questionar sobre duas modalidades simultaneamente; perguntar tudo para mesma pessoa. Após o término, a/o docente deverá realizar uma roda de conversa, lançando questões como: “-Foi difícil descobrir quem era a sua personalidade?”, “-Quais personalidades foram mais fáceis de serem descobertas? Por quê?”, “-Vocês as conheciam?”, “-De onde conhecem as personalidades dos esportes?”, “-Quais modalidades aparecem mais na mídia?”, “-Como você descobriu qual personalidade você era?”, “-Com qual(is) pergunta(s) ‘matou a charada’?”.

Variação: priorizar nomes de personalidades do conteúdo que está sendo ensinado.

Justificativa: a partir da facilidade ou dificuldade para descobrir os nomes das/os atletas, a/o docente deverá problematizar a visibilidade das modalidades na mídia esportiva, comparando-se o esporte para mulheres e para os homens, além da divulgação de suas conquistas. Deve estimular a reflexão sobre as relações de gênero desiguais na mídia, suas consequências para o desenvolvimento do esporte para mulheres e homens, a diferença

no tempo de cobertura de eventos, assim como os preconceitos com atletas que cruzam fronteiras de gênero e sexualidade.

Atividade 2. COPA ESCOLAR

Objetivo: reconhecer as desigualdades de gênero e o processo de construção social das diferenças de habilidade motora entre meninas/os na modalidade do futebol.

Materiais: reportagens sobre a Copa do Mundo de Futebol, bolas, coletes.

Descrição: esta atividade deverá ser planejada para ser desenvolvida em três aulas. Na primeira, a/o docente apresentará informações sobre a “Copa do Mundo de Futebol” de mulheres e de homens, como: países participantes, imagens de atletas, artilheiras/os, vídeos de jogos com lances de ambas as Copas do Mundo etc. Após a exposição, com o objetivo de sensibilização sobre gênero e futebol, a/o docente deverá problematizar temas, tais como: a proibição por lei de 1941, do futebol para as mulheres no Brasil; as diferenças salariais de mulheres e homens nos eventos, quem meninas/os tem como atletas com mais visibilidade na modalidade, a presença de mulheres na arbitragem dos jogos, a desigualdade na cobertura midiática e no número de campeonatos para mulheres e homens, o menor número de mulheres no treinamento das equipes, a inserção de mulheres na mídia esportiva etc. Neste debate, a/o docente deve ser mediador/a, fornecendo informações que permitam à turma compreender os motivos de, na cultura corporal brasileira, o futebol ainda ser uma modalidade representada como “masculina”, o que gera barreiras para a inserção, permanência e ascensão de meninas e mulheres na modalidade. Na segunda aula, a/o docente solicitará que a turma se divida em quatro equipes mistas, com no mínimo quatro componentes

(dependendo do tamanho da turma e do espaço disponível), que representem os países escolhidos. Através de eliminatória simples, a/o docente organizará três jogos entre os quatro “países” (duas eliminatórias e uma final), com duração de 10 minutos cada, para que ao final, todas as equipes joguem num período de uma aula. Na terceira aula, a/o docente deve organizar uma roda de conversa sobre a vivência na “Copa escolar”. Nesta etapa final, a/o docente deverá ouvir os relatos das/os participantes sobre: dificuldades enfrentadas, o que poderia ser modificado, como foi a participação de meninas/os, como foi a experiência da derrota e da vitória etc. A partir dos relatos, a/o docente deve resgatar os tópicos debatidos na aula inicial, sobre “gênero e futebol”, no intuito de sensibilizar a turma para a construção social das diferenças de habilidade motora entre meninas/os nesta e noutras modalidades esportivas, no intuito do desenvolvimento do respeito e da construção de atitudes que respeitem as diferenças e desenvolvam empatia entre colegas mais ou menos habilidosas/os, a partir da adoção de atitudes solidárias.

Variações: a atividade pode ser realizada com outras modalidades coletivas, assim como ser desenvolvida enquanto um projeto pedagógico que ocupe um bimestre, com mais tempo para desenvolver as etapas sugeridas, com outras estratégias pedagógicas.

Justificativa: a atividade, organizada em três aulas, permite uma reflexão inicial sobre o futebol como área de reserva masculina na cultura corporal brasileira, assim como a construção social das diferenças de habilidade motora entre meninas/os. A vivência da “Copa escolar”, com equipes mistas, após uma aula de debate sobre “gênero e futebol” proporciona a experiência de meninas/os jogarem juntas/os, identificando as diferenças de habilidade que poderão gerar conflitos, os quais a/o docente deverá problematizar na roda de conversa da última aula, conscientizando sobre a necessidade de respeitar e valorizar as diferenças. A turma deverá ser questionada sobre as barreiras

para as mulheres se inserirem, permanecerem e ascenderem no futebol, destacando que, com apoio, elas também desenvolvem habilidades e conquistam títulos internacionais, desconstruindo o estereótipo do futebol como “coisa de homem” e/ou de que meninas possuem menos habilidade para a modalidade em função da anatomia de seus corpos.

Atividade 3. PRÁTICAS CORPORAIS GENERIFICADAS: PROCURANDO O PAR

Objetivo: refletir e debater sobre a visibilidade e a generificação de práticas corporais.

Materiais: cones, bambolês, papeletas com imagens de mulheres e homens atletas fora do contexto da prática da sua modalidade e mesmo número de papeletas com os nomes das modalidades das/os respectivas/os atletas.

Descrição: a atividade ocorrerá com a turma organizada em duas equipes, dispostas em fileiras, atrás de dois cones. Do lado oposto do campo ou da quadra, na direção de cada fileira, haverá um bambolê com papeletas de imagens de mulheres e homens atletas, assim como papeletas com nomes de modalidades esportivas. Cada discente deverá correr até esta área e formar o par com a imagem da/o atleta e a sua respectiva modalidade, trazendo o par de papeletas para a sua fileira e posicionando-o lado a lado, dentro de outro bambolê, atrás do cone. Na sequência, outra/o colega corre e escolhe outro par de papeletas, uma com a imagem de outra/o atleta e sua modalidade, até que todas/os tenham formado os pares. Ao final da atividade, a/o docente deverá solicitar que a turma nomeie as/os atletas e a quais modalidades foram associadas/os, avaliando os acertos e equívocos dos dois grupos. Neste momento, a/o docente deverá organizar uma roda de conversa e levantar questões como: “-Como deduziram que a/o

atleta 'A' era da modalidade 'B'?, “-Quais modalidades e atletas foram mais fáceis de serem identificadas/os e associadas/os às modalidades? Por quê?” “-Quais modalidades eram mais conhecidas? Por quê?”, “-Quais atletas eram mais conhecidas/os? Por quê?”, entre outras questões que permitam a reflexão sobre como as/os discentes reconhecem mulheres e homens mulheres atletas e as/os associam às respectivas modalidades.

Variações: caso haja dificuldade no reconhecimento das/os atletas, as imagens delas/es podem ser apresentadas no contexto indireto da modalidade: com medalhas, no pódio, de uniforme, mas de forma a não se reconhecer a modalidade.

Justificativa: a atividade visa problematizar a generificação de práticas corporais, muitas vezes estereotipadas pela sociedade e reproduzidas entre discentes do Ensino Médio. A/o docente deve problematizar que na contemporaneidade, mulheres e homens tem cruzado fronteiras e desconstruído binarismos de gênero, ao ocuparem lugares que a sociedade associa ao sexo oposto, como por exemplo, mulheres que se tornaram presidentes de países, empresas, treinadoras etc.; e homens que cuidam das/os filhas/os, são professores primários, enfermeiros etc. A partir da vivência da atividade, a/o docente também poderá problematizar a generificação das práticas corporais, ao indicar que algumas imagens de atletas homens foram associadas às modalidades como lutas ou futebol equivocadamente, quando os mesmos eram, por exemplo, dançarinos clássicos. Da mesma forma, mulheres atletas podem ter sido associadas equivocadamente às modalidades como dança, patinação artística ou ginástica rítmica, quando eram boxeadoras, jogadoras rúgbi, jogadoras de futebol de campo, skatistas ou surfistas. Tais reflexões permitem que a/o docente sensibilize as/os adolescentes sobre os estereótipos de gênero que utilizam para associar as imagens às modalidades, quando desconhecem a/o atleta representada/o. Da mesma forma, poderá problematizar os motivos de algumas modalidades e atletas serem mais conhecidas/os em função da cobertura

midiática, da cultura corporal brasileira, entre outros fatores. Tais debates visam desconstruir estereótipos de gênero que, por vezes, contribuem para que alunas/os resistam a participar de atividades propostas nas aulas de EF.

Atividade 4. BASQUETEBOL DE QUADRADOS

Objetivo: oportunizar a igualdade na participação de meninas/os num jogo coletivo, garantindo a equidade.

Materiais: bola, coletes em duas cores, cones.

Descrição: a turma deverá ser dividida em duas equipes formadas por no mínimo quatro duplas ou mais. O campo de jogo deverá ser delimitado por ao menos quatro quadrados de cada lado. O número de alunas/os por equipe e o número de quadrados no campo deve ser definido dependendo do espaço e do tamanho da turma. A/o docente deve procurar dividir a turma em duplas mistas. Cada lado do campo de jogo deve ser dividido em quatro áreas iguais (ou mais), uma para cada dupla, a ser constituída por um/a representante de cada time. As/os participantes só podem movimentar-se em seus respectivos “quadrados”. Como regras para o jogo, a/o docente deverá indicar que: 1) é proibido o toque corporal e atitudes agressivas, sob a penalidade de ser excluída/o e a outra equipe ter o direito de efetuar um “lance livre”; 2) os passes devem ser alternados entre meninas/os até que alguém num quadrado próximo ao garrafão possa receber o passe e arremessar à cesta; 3) caso haja passes sucessivos entre duas meninas ou dois meninos, será marcada falta para a equipe adversária; 4) cada equipe se organiza em dois grupos: um de “defesa” e outro de “ataque”, distribuindo-se nos quadrados de forma tática; 5) caso os pés sejam colocados fora do seu quadrado, será marcada falta a favor da outra equipe. Ao final do jogo, a/o docente deve realizar uma roda de conversa para debater sobre

atitudes de cooperação e companheirismo em detrimento da disputa e da busca da vitória, a participação de todas/os neste basquete adaptado *versus* a exclusão de parte da turma no jogo tradicional da modalidade, além de problematizar a percepção das diferenças de habilidade motora entre alunas/os e como estas se constroem na cultura brasileira, onde o esporte coletivo tende a ser estimulado aos meninos e desencorajado às meninas, buscando o respeito pela diversidade entre elas/es no jogo.

Variações: esta atividade pode ser utilizada com outros jogos e esportes coletivos de invasão. Ao longo dos jogos, que podem ter duração entre 5 e 10 minutos, a/o docente pode alternar as posições: quem jogou na defesa passa a jogar no ataque e vice-versa.

Justificativa: o jogo inclui meninas/os, independentemente do grau de habilidade com os fundamentos do basquete: recepção, drible, passe, finta, condução, arremesso etc. As limitações impostas pelas regras – como a impossibilidade de jogar fora de seu quadrado - estimulam a participação de todas/os, minimizando o contato corporal na disputa da bola e limitando a ação individual ao espaço delimitado pelo quadrado. Isto minimiza as diferenças de habilidade entre meninas/os no jogo, uma vez que há limitações ao deslocamento, sendo necessário receber, driblar e passar a bola ao colega de outro quadrado com certa rapidez, sem o uso de outros fundamentos, mais complexos.

Atividade 5. CONVERSANDO SOBRE BULLYING HOMOFÓBICO

Objetivo: sensibilizar o corpo discente sobre a necessidade de conhecer e identificar o *bullying* vinculado ao marcador social de gênero e sexualidade na EFe.

Materiais: relatos escritos, vídeos curtos, animações, depoimentos.

Descrição: explicar o intuito da atividade no início da aula, a partir da organização de uma roda de conversa. Com a turma organizada, a/o docente distribuirá um relato escrito à turma. Exemplo de relato: *“Carlos é um aluno novo na escola. Tem dezesseis anos e não demonstra interesse em participar de jogos coletivos com os outros meninos da turma do primeiro ano do Ensino Médio. Apresenta um comportamento introvertido, fala baixo e opta por interagir mais com o grupo de meninas, participando de outros jogos, como vôlei, queimado; ou conversando com elas e outros meninos que possuem menos habilidade motora para esportes coletivos. Ao longo do primeiro mês na escola, Carlos passou a ser tratado com apelidos pejorativos, como “menininha” e “marica” por parte de alguns meninos habilidosos nos esportes, que passaram a olhar para ele como um menino afeminado. Com o decorrer das aulas, estes apelidos também passaram a ser usados no recreio, na entrada e saída da escola, além dos banheiros e vestiários, antes e durante as aulas de Educação Física. Quando estes colegas passaram a usar as redes sociais para intimidar Carlos, cobrando um ‘ingresso’ para ele entrar na escola, enquanto ele não jogasse futebol com os outros meninos, Carlos começou a faltar às aulas. Ele vagava pelas ruas da cidade e chegava em casa triste, inventando desculpas para não ir à escola no dia seguinte”*. A partir de perguntas orientadas para o objetivo de problematizar a exclusão por gênero e sexualidade, a/o docente deverá mediar a roda de conversa com a turma, lançando questões como: *“-Alguém presenciou uma situação parecida com este relato em anos anteriores na escola?”, “-Qual ou quais a/s causa/s para o bullying homofóbico neste relato?”, “-Quais as características dos agressores e da vítima do bullying neste relato?”, “-Há diferenças perceptíveis entre um e outro?”, “-De que natureza são essas diferenças?”, “-Por que vocês acham que as diferenças geram ações de violência, como o bullying?”, “-Como combater estas práticas na escola e nas aulas de EF?”*.

Variações: em lugar do relato, a/o docente também pode trabalhar com um vídeo de curta duração, animações ou depoimentos de jovens que sofreram exclusão nas aulas de EF, através da prática do *bullying* vinculado ao gênero e a sexualidade.

Justificativa: proporcionar um espaço para o debate sobre a exclusão através do *bullying* vinculado à categoria de gênero e sexualidade nas aulas de EF se torna uma via para que meninas/os reflitam sobre a construção social das diferenças entre si, desenvolvendo maior compreensão sobre as relações de gênero na sociedade, na escola e na EFe, respeitando as diferenças, combatendo estereótipos e preconceitos associados à participação de meninas/os nas práticas corporais durante as aulas.

Considerações finais

Esta obra emergiu do projeto “Coeducação e Educação Física Escolar: a construção de um inventário de atividades”, cujo objetivo central foi construir e reunir atividades coeducativas apresentadas no formato de um “Caderno”. Tais atividades foram elaboradas por licenciandas/os da disciplina “Estudos de Gênero na Educação Física e no Esporte” e inicialmente editadas pelas/os monitoras/es da mesma. Posteriormente, foram ministradas na disciplina no formato de oficinas; além do curso de extensão “Coeducação e Educação Física escolar: quando o gênero importa”, em 2019 e 2023, oferecido pelo GREGEF-CNPq. A partir destas experiências e com a colaboração de quem as vivenciou, as atividades sofreram adaptações pelo autor, sobretudo em sua lógica interna, para que se aproximassem da Coeducação. Desta forma, nesta obra apresentamos um recorte de vinte atividades do total daquelas formuladas pelas/os licenciandas/os.

Passados os anos, o referido “Caderno de Atividades” assumiu um caráter de obra no formato livro, que se caracteriza como um material didático para problematização e apoio para docentes no ensino da EFe, sobretudo, engajada com a problematização das relações de gênero. Por esta razão, a obra se organiza numa primeira seção teórica, abordando as relações de gênero na EFe e reflexões sobre a Coeducação. Esta seção visa colaborar com uma lacuna decorrente da escassez do debate sobre gênero e sexualidade na formação inicial em EF, oferecendo ferramentas para que as/os futuras/os docentes lidem de forma inclusiva na solução dos conflitos decorrentes das relações de gênero na EFe, viabilizando a operacionalização deste debate na escola, a partir da Coeducação.

Para sistematização da Coeducação na EFe, esta obra propõe alguns princípios didáticos a serem assumidos pela/o docente em sua intervenção pedagógica, assumindo uma postura afirmativa,

em prol da equidade de gênero, os quais recuperamos aqui: a) o reconhecimento da agência de meninas/os; b) o combate ao binarismo de gênero; c) a garantia de oportunidades iguais a todas/os; d) o reconhecimento da diferença como um valor; e) a busca da equidade; f) o uso da linguagem inclusiva; g) a atenção às práticas de exclusão; h) a proposição de atividades onde a cooperação se sobreponha à competição; i) não privilegiar os meninos; j) dispensar atenção à ocupação dos espaços; k) estimular a participação de meninas/os em práticas corporais associadas ao outro gênero; l) propor atividades de sensibilização; e m) ensinar de forma sensível.

Esta obra também traz objetivos relevantes para quem deseja assumir uma postura pedagógica coeducativa: garantir a igualdade de oportunidades e a equidade na participação de meninas/os nas aulas de EFe; incentivar a participação conjunta de meninas/os em todas as práticas corporais, de forma respeitosa, cooperativa, segura e solidária; respeitar e valorizar as diferenças entre os grupos, desenvolvendo conhecimentos que facilitem a compreensão sobre a diversidade enquanto um valor a ser reconhecido nas aulas de EFe; problematizar e conscientizar meninas/os sobre a construção social das diferenças e a naturalização das desigualdades de gênero, desconstruindo estereótipos que generificam práticas corporais como masculinas ou femininas; combater práticas de exclusão via linguagem ou violência física, pautadas no gênero e na sexualidade, promovendo uma atmosfera de liberdade e prazer para participarem em conjunto. Tais objetivos buscam garantir que o gênero e a sexualidade sejam temas abordados de forma concreta pela EFe, oferecendo ferramentas para que a/o docente promova uma experiência coeducativa, inclusiva e provocadora de reflexões críticas a respeito das desigualdades e discriminações ancoradas na categoria de gênero.

As reflexões aqui apresentadas visam oferecer ferramentas para docentes que atuam com EF na Educação Básica e necessitam abordar as relações de gênero e sexualidade em sua ação

pedagógica cotidiana. Assim, busca-se incentivar a participação conjunta de meninas/os nas atividades, criar hábitos cooperativos entre os grupos, problematizar e conscientizar os discentes sobre a construção social das desigualdades e preconceitos relacionados ao gênero e à sexualidade, fazer com que descubram novas formas de interagir, questionando, problematizando e combatendo as desigualdades de gênero na EFe. Também se almeja proporcionar aos grupos conhecimentos que facilitem a compreensão sobre o valor da diversidade e do respeito, desconstruir estereótipos que reforçam o binarismo que genericiza as práticas corporais e equalizar a participação de discentes menos habilidosas/os e mais habilidosas/os nas atividades, minimizando o domínio pelo grupo de meninos, o que inibe e por vezes impede a participação das/os demais, menos hábeis.

Sublinhamos que esta obra, além de servir às professoras/es de EF atuantes em Redes Públicas e Privadas de ensino, se destina às/aos licenciandas/os que se encontram nas disciplinas de estágio obrigatório, como a Prática de Ensino e/ou o Estágio Supervisionado; assim como àquelas/es bolsistas de programas como a Residência Pedagógica e/ou o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, a fim de instrumentalizá-las/os, ainda durante a licenciatura, para intervirem nas aulas de EFe numa perspectiva coeducativa. Esta obra visa incentivá-las/os, desde a formação inicial, a pensarem sobre essas questões e melhor visualizá-las em seu cotidiano pedagógico. Esta prática se faz fundamental para suprir uma lacuna na formação inicial e reavaliar a prática docente da EFe, proporcionando o estudo sobre as relações de gênero na sociedade, na escola e, especificamente na EFe, espaço onde o oferecimento de oportunidades iguais para todas/os é um direito que possui na/o docente uma figura central.

Por fim, gostaríamos de sintetizar algumas contribuições, mas também limitações da Coeducação para a EFe na contemporaneidade. A Coeducação nos auxilia a analisar e interpretar as múltiplas vivências das práticas corporais numa perspectiva que combate o sexismo, a misoginia, o machismo, a

homofobia e a estereotipia de gênero; colaborando para libertar alunas/os da generificação das práticas corporais que impõem o que cada sexo pode experimentar; ampliando vivências de meninas/os, promovendo sua interação, valorizando as diferenças e problematizando a construção social das desigualdades de gênero; oferecendo autonomia para que meninas/os exerçam sua agência e contestem os papéis de gênero socialmente impostos pela sociedade heteronormativa.

Entretanto, a Coeducação ainda se depara com desafios. As reflexões iniciadas na Europa, notadamente na Alemanha e emergentes na EF no Brasil em 1990, ainda trazem foco numa abordagem binária, que se restringe às meninas/os. Ainda que a Coeducação seja o primeiro passo para problematizar as relações de gênero e sexualidade na EFe, se faz *mister* superar o binarismo de gênero, problematizando suas desigualdades e hierarquias, incorporando o público LGBTQIAPN+, que encontra um espaço hostil na escola e na EFe; além de propor estratégias que promovam a valorização das diferenças para além da matriz binária e heteronormativa, incorporando outras formas de expressão do gênero e da sexualidade que habitam a escola e as aulas de EF.

Referências

- ABGLT. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente educacional no Brasil**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT/SEE-PR, 2016.
- ALTMANN, H. Exclusão nos esportes sob o enfoque de gênero. **Motus Corporis**, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p.9-20, 2002.
- ALTMANN, H. **Educação Física escolar**: relações de gênero em jogo. São Paulo: Cortez, 2015.
- ANDREOLI, G. S. O Ensino da dança e as relações de gênero e sexualidade. **Revista Latinoamericana de Estudios en Cultura y Sociedad**, Foz do Iguaçu, v. 5, n. 2, p. 1-17, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/926>> Acesso em 26 ago. 2022.
- ANDREOLI, G. S.; CANELHAS, L. A dança e as relações de gênero: uma reflexão sobre a interação entre meninos e meninas em uma aula de dança. **Revista da Fundarte**, Montenegro, ano 19, n. 37, p. 375-394, 2019. Disponível em: <<https://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/RevistadaFundarte/article/view/660>> Acesso em: 26 ago. 2022.
- AUAD, D. **Educar Meninas e Meninos**: relações de gênero na escola. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- AUAD, D. Caminhos históricos da coeducação: reflexões sobre misturas e separações durante o isolamento. **Artes de Educar**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 738-753, 2021.
- ARAÚJO, A. B. C. de.; DEVIDE, F. P. A abordagem das temáticas de “gênero” e “sexualidade” na formação em Educação Física: uma análise dos cursos de licenciatura das IES públicas do Rio de Janeiro. **Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 25-41, 2019.

- BRASIL. **Decreto n. 69.450, de 1º de novembro de 1971.** In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 2 nov. 1971.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular:** Ensino Médio. Brasília: MEC, 2017.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular:** Educação é a Base. Brasília: MEC, 2018.
- BRITO, L.T. de; SANTOS, M. P, dos. Masculinidades na educação física escolar: um estudo sobre os processos de inclusão/exclusão. **Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 235-246, 2013.
- BRODTMANN, D.; JOST, E. **Koedukation im Sportunterricht:** Materialien zum Seminarthema. Czwalina, 1977.
- BRODTMANN, D. Co-educação na aula de educação física: problemas para fundamentação e realização, In. DIECKERT, J.; KURZ, D.; BRODTMANN, D. (Orgs.). **Elementos e princípios da educação física:** uma antologia. Rio de Janeiro: ao livro técnico, 1984.
- BUTLER, J. **Problemas de Gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CABRERA, C. G. **Tenho medo, esse era o objetivo deles:** esforços para proibir a educação sobre gênero e sexualidade no Brasil. Human Rights Watch, 2022. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/report/2022/05/12/381942>>. Acesso em: 12 mai. 2022.
- CORSINO, L; AUAD, D. **O professor diante das relações de gênero na Educação Física escolar.** São Paulo: Cortez, São Paulo. 2012.
- CORREIA, M. M.; DEVIDE, F. P.; MURAD, M. Discurso da licenciatura em Educação Física sobre as questões de gênero na formação profissional. In: DEVIDE, F. P. (Org.). **Estudos de Gênero na Educação Física e no Esporte.** Curitiba: Appris, 2017. p. 17-47.

- CONNELL, R. Políticas de Masculinidade. **Educação e Realidade**, Rio de Janeiro. v. 20, n. 2, p. 185-206, 1995.
- CONNELL, R. **The men and the boys**. Australia: Allen &Unwin, 2000.
- CONNELL, R. **Masculinidades**. México: UNAM-PUEG, 2003.
- COSTA, M. R. F.; SILVA, R. G. da. A Educação Física e a Co-educação: Igualdade ou Diferença? **RBCE**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 43-54, 2002.
- DEVIDE, F. P. Estudos de gênero na Educação Física brasileira: entre ameaças e avanços, na direção de uma pedagogia *queer*. In.: WENETZ, I; ATHAYDE, P.; LARA, L. (Orgs.). **Ciências do Esporte, Educação Física e Produção do Conhecimento em 40 Anos de CBCE - Volume 6 - Gênero e sexualidade no esporte e na educação física**. Natal: UFRN, 2020. p. 91-106.
- DEVIDE, F. P. Estudos das masculinidades na Educação Física e no esporte: reflexões e contribuições sobre as teorias de Raewyn Connell e Eric Anderson. In.: DEVIDE, F. P.; BRITO, L. T. (Orgs.) **Estudos das masculinidades na educação física e no esporte**. São Paulo: Nversos, 2021. p. 23-61.
- DEVIDE et al. Exclusão intrassexo em turmas femininas na Educação Física escolar: quando a diferença ultrapassa a questão de gênero. In.: KNIJNIK, J. D.; ZUZZI, R. (Orgs.). **Meninas e meninos na Educação Física: gênero e corporeidade no século XXI**. São Paulo: Fontoura, 2010. p. 87-106.
- DEVIDE et al. Estudos de gênero na Educação Física Brasileira, **Motriz**, Rio Claro, v.17, n.1, p.93-103, 2011.
- DEVIDE, F. P.; CUNHAS, J. P. F. da; VOTRE, S. J. Representations of Teachers about the Relation between Physical Education Contents and Gender Identities. In: MILLER, B. L. (Ed.). **Gender Identity: Disorders, Developmental Perspectives, and Social Implications**. Hauppauge New York: Nova Science Publishers, 2014. p. 223-252.

- DEVIDE, F. P.; SILVA, I.; PEÇANHA, L. M. B. Representações de licenciandos em educação física sobre a categoria gênero na Educação Física escolar: uma ferramenta contra a violência de gênero. In.: MURAD, M.; SANTOS, R. F. dos; SILVA, A. A. F. da. (Orgs.). **Escolas, Violências e Educação Física**. Rio de Janeiro: Jaguatirica, 2018. p. 147-172.
- DEVIDE, F. P.; ROCHA, C. M. da; MOREIRA, I. dos S. Coeducação e Educação Física escolar: uma ferramenta para abordar as relações de gênero nas práticas corporais. **Cadernos de Formação da RBCE**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 48-60, 2020.
- FARIA JÚNIOR, A. G. de. Futebol, Questões de Gênero e Coeducação. **Pesquisa de Campo**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 17-39, 1995.
- FERNANDES, P. B. et al. Educação Física escolar, raça e gênero: uma reflexão interseccional sobre as masculinidades negras. In.: DEVIDE, F. P.; BRITO, L. T. (Orgs.). **Estudos das masculinidades na educação física e no esporte**. São Paulo: Nversos, 2021. p. 103-130.
- FREIRE, J. B. **Educação de Corpo Inteiro**. São Paulo: Scipione, 1992.
- GOELLNER, S. V. Gênero. In: GONZÁLEZ, F. J.; FENSTERSEIFER, P. E. (Orgs.). **Dicionário crítico da Educação Física**. Ijuí: Unijuí, 2005. p. 207-209.
- GOELLNER, S. V. A contribuição dos Estudos de Gênero e Feministas para o campo acadêmico-profissional da Educação Física. In.: DORNELLES, P. G.; WENETZ, I.; SCHWENGBER, M. S. V. (Orgs.). **Educação Física e Gênero: desafios educacionais**. Ijuí: Unijuí, 2013. p. 23-43.
- GONÇALVES, A. E. P.; RAMALHO, C. C.; SOBRINHO, J. de A. M. O trabalho docente e as questões de gênero nas aulas de Educação Física do Ensino Médio em escolas no Norte de Minas Gerais. **Diversidade e Educação**, Rio Grande, v.8, n.1, p.96-126, 2020.

- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Práticas de Esporte e Atividade Física 2017**. Brasília: IBGE, 2017.
- KULGELMAN, C. **Koedukation im Sportunterricht**. v. 4 de Sport, aus der Wissenschaft für die Praxis. Limpert, 1980.
- KULGELMAN, C. **Pädagogische Möglichkeiten und Grenzen des koedukativen Sportunterrichts und unterrichtliche Probleme bei seiner Realisierung**, Limpert, 1980.
- KULGELMAN, C. Educação Física e a pesquisa sobre gênero: uma perspectiva da Educação Física orientada para os sexos. In.: KUNZ, E.; TREBELS, A. H. (Orgs.). **Educação Física Crítico-Emancipatória: com uma perspectiva da Pedagogia Alemã do Esporte**. Ijuí: Unijuí, 2010. p. 75-96.
- KUNZ, E. **Transformação Didática do Esporte**. Ijuí: Unijuí, 1994.
- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- LOURO, G. L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- LOUZADA DE JESUS, M. L. de; DEVIDE, F. P. Educação Física escolar, co-educação e gênero: mapeando representações de discentes. **Movimento**, Porto Alegre, v. 12, n. 3, p. 123-140, 2006.
- LOUZADA DE JESUS, M. L. de; DEVIDE, F. P.; VOTRE, S. Representações de docentes acerca da distribuição dos alunos por sexo nas aulas de Educação Física. **RBCE**, Campinas, v.14, n.2, p. 55-68, 2007.
- LOUZADA DE JESUS, M. L. de; DEVIDE, F. P.; VOTRE, S. Apresentação e análise de trabalhos acerca da distribuição dos alunos por sexo nas aulas de Educação Física Escolar. **Movimento**, Porto Alegre, v. 14, n. 2 p. 83-98, 2008.
- LEITE, M. A. et al. A temática de gênero na licenciatura em Educação Física: discussões sobre a formação inicial. **Motrivência**, Florianópolis, v. 34, n. 65, p. 1-18, 2022.
- LUCKESI, C. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 2010.

- MARIANO, S. A. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 483-505, 2005.
- MARIANO, M.; ALTMANN, H. Educação Física na Educação Infantil: educando crianças ou meninos e meninas? **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 46, p. 411-438, 2016.
- MENEZES, M. S. de. **Fora da caixa**: a violência contra a diversidade sexual e de gênero na educação. Rio de Janeiro: Telha, 2019.
- OLIVEIRA, K. da; LIMA, M. R. C. de; LIMA, J. M. de. **Culturas juvenis no ensino médio**: A cultura corporal de movimento e as culturas juvenis na escola: em busca de interlocução. Chisinau: Novas Edições Acadêmicas, 2016.
- OLIVEIRA, G. A. S. de; CASTRO, J. P. S. W de. Perspectiva Histórica sobre a questão de gênero na Educação Física escolar em Teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. **Anais...** VII Congresso Brasileiro de História da Educação Física, Esporte, Lazer e Dança – Memórias de Descobrimientos: 500 anos de História da Educação Física, Esporte, Lazer e Dança no Brasil. Gramado: UFRGS, 2000. p. 466-471.
- PARRELA, G. C. **Culturas juvenis e Educação Física no contexto de uma escola pública de Belo Horizonte**: um estudo de caso. 2011. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.
- PASCOE, C. J. Notas sobre uma sociologia do *bullying*: homofobia de homens jovens como socialização de gênero. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 289-301, 2018.
- PELLUSO, J.; DEVIDE, F. P. Masculinidades na Educação Física escolar: reflexões necessárias sobre um tema velado. In.: DEVIDE, F. P.; BRITO, L. T. (Orgs.) **Estudos das masculinidades na educação física e no esporte**. São Paulo: Nversos, 2021. p. 131-155.

- PEREIRA, E. G. B.; BRITO, L. T. Meninos de verdade: discursos de masculinidades na educação física infantil. In: CAETANO, M.; SILVA JÚNIOR, P. M. da. (Orgs.). **De guri a cabra-macho: masculinidades no Brasil**, Rio de Janeiro: Lamparina, v. 1, p. 212- 230, 2018.
- PFISTER, G. **Geschlechtsspezifische Sozialisation und Koedukation im Sport**. Berlin: Batels & Wernitz, 1983.
- POCAHY, F. A. A heterossexualidade como regime de verdade: problematizações na cama do humano moderno. In: GIVIGI, A. C. N.; DORNELLES, P. G. (Orgs.). **Babado acadêmico no recôncavo baiano: universidade, gênero e sexualidade**. Salvador: EdUFBA, 2017. p. 49-62.
- RAMALHO, C. et al. Gênero nos currículos dos cursos de licenciatura e bacharelado em Educação Física nas universidades de Minas Gerais. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 34, n. 65, p. 01-20, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/83753>> Acesso em: 13/06/2022.
- RAMOS, M. R. F.; DEVIDE, F. P. O discurso docente sobre a relação entre conteúdos de ensino e identidades de gênero. In.: DORNELLES, P. G.; WENETZ, I.; SCHWENGBER, M. S. V. **Educação Física e Gênero: desafios educacionais**. Ijuí: Unijuí, 2013. p. 169-192.
- RAMOS, M. R. F. et al. Discurso de docentes de Educação Física escolar sobre a relação entre os conteúdos de ensino e as identidades de gênero. In.: DEVIDE, F. P. (Org.). **Estudos de Gênero na Educação Física e no Esporte**. Appris: Curitiba, 2017. p. 87-123.
- SARAIVA-KUNZ, M. C. **Quando a diferença é mito: uma análise da socialização específica para os sexos sob o ponto de vista do esporte e da Educação Física**. 1993. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

- SARAIVA, M. do C. Aula coeducativa: uma chance de superação das desigualdades entre os sexos em aulas de Educação Física. **Espaços da Escola**, ano I, n. 3, p. 29-36, Ijuí, 1992.
- SARAIVA, M. do C. **Coeducação física e esportes**: quando a diferença é mito. Ijuí: Unijuí, 1999.
- SARAIVA, M. do C. do C. Por que investigar Gênero na Educação Física, Esporte e Lazer? **Motrivivência**, Florianópolis, ano XIII, n. 19, p. 1-6, 2002.
- SAVIANNI, D. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008.
- SCOTT, J. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre. v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.
- SILVA, C. A.; DEVIDE, F. P. Linguagem Discriminatória e Etnométodos de Exclusão nas aulas de Educação Física Escolar. **RBCE**, Campinas, v. 30, n. 2, p.181-197, 2009.
- SO, M. R.; MARTINS, M. Z.; BETTI, M. As relações das meninas com os saberes das lutas nas aulas de Educação Física. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 30, n. 56, p. 29-48, 2018.
- SOARES, C. L. et al. **Metodologia de Ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.
- SOARES, C. L. **Educação física**: raízes europeias e Brasil. Campinas: Autores Associados, 1994.
- ZILBERSTEIN, J. **“Parece ser”**: uma etnografia sobre a cultura juvenil, a Educação Física e a escola pública. 2016. 139f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

Índice Remissivo

Binarismo – 21; 27; 36; 40; 43; 45; 46; 48; 56; 64; 74; 75; 80; 90; 96; 97; 98

Bullying – 80; 92; 93; 94

Coeducação – 8; 10; 15; 26; 27; 29; 30; 31; 32; 33; 34; 38; 40; 47; 48; 51;
75; 95; 97; 98

Coeducativa – 7; 9; 10; 24; 28; 30; 31; 32; 33; 34; 35; 39; 40; 43; 45; 46;
47; 49; 51; 53; 56; 64; 65; 75; 83; 85; 95; 96; 97

Competição – 33; 38; 39; 41; 78; 96

Conteúdo – 7; 13; 14; 15; 23; 26; 27; 28; 31; 33; 35; 36; 39; 40; 43; 47; 49;
51; 56; 64; 65; 69; 73; 74; 75; 78; 80; 82; 83; 84; 85; 86

Currículo – 14; 25; 26; 32; 46

Dança – 22; 24; 25; 26; 36; 40; 58; 64; 65; 66; 67; 71; 72; 74; 75; 79; 80; 82;
90

Desigualdade – 10; 21; 24; 26; 30; 31; 32; 34; 35; 37; 41; 42; 43; 48; 55;
69; 82; 87; 96; 97; 98

Didática – 10; 23; 24; 36; 37; 43; 46; 47; 48; 50; 51; 64; 74; 85

Diferença – 23; 24; 28; 30; 31; 32; 33; 34; 35; 36; 37; 38; 39; 41; 42; 45; 46;
47; 48; 55; 56; 60; 61; 64; 65; 67; 68; 72; 73; 75; 76; 77; 82; 83; 85; 86;
87; 88; 92; 93; 94; 96; 98

Discriminação – 16; 28; 45

Educação Física escolar – 7; 9; 10; 15; 16; 21; 31; 35; 95

Educação Infantil – 55; 56; 61; 64; 83

Ensino Fundamental – 48; 64; 73; 74; 75; 83; 84

Ensino Médio – 10; 73; 83; 84; 90; 93

Equidade – 16; 17; 23; 31; 32; 35; 37; 47; 48; 67; 68; 69; 74; 76; 82; 91; 96

Esporte – 10; 11; 16; 22; 30; 33; 38; 39; 41; 51; 58; 59; 66; 70; 71; 72; 83; 86; 92; 93; 95

Estereótipo – 22; 23; 24; 28; 33; 36; 38; 40; 43; 48; 55; 56; 58; 60; 61; 63; 64; 65; 70; 71; 74; 77; 78; 79; 80; 81; 84; 85; 89; 90; 91; 94; 96; 97

Exclusão – 24; 38; 41; 48; 75; 78; 80; 92; 93; 94; 96

Feminilidade – 23; 28; 36; 40

Formação inicial – 25; 43; 47; 48; 95; 97

Generificado(a) – 32; 41; 58; 60; 66; 67; 69; 70; 77; 80; 89

Ginástica – 26; 39; 51; 64; 66; 67; 71; 73; 83; 90

Habilidade motora – 23; 28; 41; 48; 87; 88; 92; 93

Heteronormativa – 21; 34; 98

Hierarquia – 37; 43; 98

Identidade – 21; 22; 23; 35; 36; 41; 46; 58; 73; 84

Igualdade – 16; 17; 23; 35; 37; 40; 47; 48; 67; 68; 75; 76; 81; 91; 96

LGBTQIAPN+ – 44; 45; 46; 98

Licenciatura – 9; 10; 25; 43; 47; 97

Linguagem – 23; 34; 37; 38; 46; 48; 50; 73; 75; 96

Luta – 24; 34; 39; 40; 41; 51; 58; 60; 61; 66; 67; 71; 74; 75; 79; 83; 90

Marcadores sociais – 23; 24; 37; 38; 42; 48; 55; 65; 75

Masculinidade – 23; 36; 38; 40; 61; 74; 80

Naturalização – 35; 43; 48; 96

Papéis – 14; 22; 34; 46; 59; 71; 98

Prática corporal – 23; 24; 40; 41; 61; 66; 69; 71; 77; 83

Preconceito – 22; 23; 32; 35; 38; 40; 43; 45; 48; 56; 65; 74; 75; 84; 85; 87;
94; 97

Princípios – 10; 15; 16; 23; 26; 33; 35; 51; 56; 75; 81; 83; 95

Sexualidade – 10; 11; 14; 15; 17; 21; 24; 25; 28; 37; 38; 41; 43; 44; 45; 46;
47; 48; 49; 50; 55; 64; 65; 75; 84; 87; 92; 93; 94; 95; 96; 97; 98

Violência – 29; 38; 40; 44; 45; 48; 84; 93; 96

Esta obra confere visibilidade à proposta da Coeducação, enquanto ferramenta que potencializa o ensino do componente curricular da Educação Física, comprometido com a problematização das relações de gênero e sexualidade através do ensino de seus conteúdos, na direção de uma intervenção pedagógica afirmativa e inclusiva, que combata práticas de exclusão, pautadas nos marcadores sociais das diferenças.

